

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Abordagens Colaborativas ao Património Cultural – Mapeamento Cultural Colaborativo da zona de Carnide-Luz.

Núria Cacaís Cardoso

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:
Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Abordagens Colaborativas ao Património Cultural – Mapeamento Cultural Colaborativo da zona de Carnide-Luz.

Núria Cacaís Cardoso

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a construção e finalização deste trabalho, em particular:

Gostaria de agradecer à Professora Sofia Costa Macedo, orientadora desta dissertação, pelo seu apoio ao longo, não só da construção da dissertação, mas sim dos dois anos de mestrado. Por acreditar nas minhas ideias e motivar-me, desde o primeiro ano, a trabalhar e estudar os temas que tanto gosto. E por ser uma inspiração para continuar a trabalhar com o património cultural.

À Professora Maria João Vaz, pela ajuda nos momentos mais difíceis e por disponibilizar apoio à dissertação sempre que necessário.

Agradeço à Junta de Freguesia de Carnide, e a todos as pessoas que disponibilizaram um pouco do seu tempo a ler sobre o meu trabalho e a responder ao questionário que foi essencial para a construção da dissertação.

Um grande e especial agradecimento à minha família por me incentivarem a continuar durante todo o meu percurso académico e por acreditarem sempre em mim e nos meus objetivos. Especialmente aos meus pais, Paulo Cardoso e Cristina Cardoso, pelo orgulho que sempre demonstraram em mim e pela motivação e paciência que mostraram nos momentos que estava mais em baixo. À minha irmã, Nicole Cardoso pela grande amizade e cumplicidade e por me apoiar em todas as circunstâncias.

A todos os meus amigos que me acompanham desde o início da escolha da área do ensino secundário até ao término do meu mestrado.

Muito obrigado a todos que tornaram esta jornada possível e umas das mais bonita que tive até agora.

Resumo

Atualmente é cada vez mais debatida a urgência de reconhecer a importância do envolvimento das pessoas com o património cultural. O envolvimento das pessoas e comunidades nos processos de gestão, conservação e preservação do património cultural é imprescindível para se conseguir um novo conceito de património. Este novo conceito procura reconhecer as pessoas e os valores humanos como a questão-chave para um conceito abrangente e inclusivo de Património cultural. Infelizmente, apesar de debatido, este continua a ser um tema que os profissionais e comunidades de especialistas em património tentam evitar. Por esta razão, muitas abordagens utilizadas para a gestão do património são vistas como antiquadas e unilaterais.

Estudos atuais indicam diversos benefícios no envolvimento e participação das pessoas e comunidades nos processos de gestão do património. O envolvimento começa com a criação de um relacionamento entre as pessoas e o seu património através de diversas abordagens. O relacionamento pode ser criado de diversas maneiras, uma delas é através da colaboração. É preciso agora estudar e procurar criar abordagens criativas e inovadoras que incentivem a colaboração e o relacionamento.

Neste trabalho é proposto o estudo de uma abordagem colaborativa - o mapeamento colaborativo. Como objeto de estudo é analisada a proposta de criação deste mapa implementando o mesmo na Freguesia de Carnide-Luz, em Lisboa.

Palavras-chave: Património Cultural, Preservação, Colaboração, Mapeamento Cultural, Carnide Lisboa

Abstract

Nowadays there is an increasing debate about the urgency of recognizing the importance of people's involvement with cultural heritage. The involvement of people and communities in the processes of management, conservation and preservation of cultural heritage is essential to achieve a new concept of heritage. This new concept seeks to recognize people and human values as the key issue for a comprehensive and inclusive concept of cultural heritage. Unfortunately, although debated, this remains an issue that heritage professionals and expert communities try to avoid. For this reason, many approaches used for heritage management are seen as outdated and one-sided.

Current studies indicate several benefits to the involvement and participation of people and communities in heritage management processes. Involvement begins with creating a relationship between people and their heritage through various approaches. The relationship can be created in several ways, one of which is through collaboration. It is now necessary to study and seek to create creative and innovative approaches that encourage collaboration and relationship.

In this paper it is proposed to study a collaborative approach - collaborative mapping. As an object of study, the proposal for the creation of this map is analysed by implementing it in the Parish of Carnide-Luz, in Lisbon

Keywords: Cultural Heritage, , Preservation, Collaboration, Cultural Mapping, Carnide Lisbon

Índice

Resumo.....	iv
Abstract	v
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros.....	ix
Introdução.....	1
PARTE I.....	3
CAPÍTULO 1 – COMUNIDADES PATRIMONIAIS	3
1.1. Património e as Comunidades Patrimoniais.....	3
1.2. Abordagens participativas e centradas nas pessoas.....	8
1.2.1. A participação no setor das artes e cultura.....	8
1.2.2. Participação no Património Cultural	11
1.2.3. Abordagens centradas nas pessoas	12
CAPÍTULO 2 – ABORDAGENS COLABORATIVAS	15
2.1. Abordagens participativas e colaborativas	15
2.1.1. Abordagens colaborativas	16
2.2. Mapas culturais e Mapas Colaborativos.....	18
2.2.1. Mapeamento cultural.....	19
2.2.2. Mapeamento cultural colaborativo	20
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	23
3.1. Estratégia metodológica	23
3.1.1 Revisão da Bibliografia.....	23
3.1.2. Análise de contexto	24
3.1.3. Inquérito	25
3.1.4. Entrevistas	29
3.1.5. Diagnóstico do projeto	29
PARTE II.....	30
CAPÍTULO 4 – CARNIDE	30
4.1. Carnide, contextualização histórica.....	30
4.2. Património	33
4.3. Contextualização sociocultural de Carnide	35
4.4.1. Projetos semelhantes em Lisboa e na freguesia	39
4.4.2. Limites.....	41

CAPÍTULO 5 – CASOS DE ESTUDO	43
5.1. Casos de estudo de estratégias colaborativas: Mapas	43
5.1.1. Mapa Cultural colaborativo do Ceará (Brasil)	43
5.1.2. Mapa colaborativo para preservar chaminés industriais em alvenaria de tijolo	44
PARTE III	47
CAPÍTULO 6 – PLANO ESTRATÉGICO	47
6.1. Justificação do mapa	47
6.1.1. Análise SWOT	47
6.2. Objetivos	49
6.3. Proposta.....	50
Conclusão	54
Fontes	57
Bibliografia.....	59
ANEXOS.....	I
Anexo A – Inquérito.....	I
Anexo B – Entrevistas.....	IV
Anexo B.1. – Guião da entrevista	IV
Anexo B.2. – Respostas das entrevistas	V

Índice de Figuras

Figura 1. Género dos inquiridos	25
Figura 2. Idade dos inquiridos	26
Figura 3. Ligação dos inquiridos com a freguesia de Carnide	26
Figura 4. Respostas mostrando a importância do envolvimento das pessoas na salvaguarda dos bens culturais da freguesia	27
Figura 5. Respostas mostrando se as pessoas sabem em que consiste um mapa cultural colaborativo	27
Figura 6. Respostas mostrando se as pessoas participarão num mapa cultural colaborativo... ..	28
Figura 7. Representação dos limites oficiais (2012) das 24 freguesias do concelho de Lisboa.	30
Figura 8. Representação dos limites oficiais (2012) da freguesia de Carnide	31
Figura 9. População com 65 e mais anos por freguesia.	36
Figura 10. Indivíduos residentes em Carnide por faixa etária.....	37
Figura 11. Edifícios por época de construção	37
Figura 12. Mapa cultural de Lisboa - Cultura em Lisboa.	39
Figura 13. Mapa Cultural de Carnide.....	40
Figura 14. Mapa Cultural de Carnide.....	40
Figura 15. Mapa Cultural do Ceará.....	44
Figura 16. Mapa de chaminés industriais em alvenaria de tijolo.	45
Figura 17. Proposta do mapa.....	51
Figura 18. Proposta de indicador do mapa e do que o mesmo poderá representar quando clicado.	52

Índice de Quadros

Quadro 1. Lista de entrevistados	29
Quadro 2. Análise SWOT	48
Quadro 3. Proposta de elementos pesquisáveis no mapa colaborativo	51

Introdução

O presente trabalho tem como principal objetivo perceber a necessidade de implementação de uma nova abordagem ao património cultural, propondo e realizando o estudo de uma abordagem inovadora

Este trabalho nasce da observação e consciência da existência de uma preocupação crescente pela procura de novas abordagens à conservação, preservação e gestão do património cultural. Há mais de um século que se estuda a disciplina da conservação do património, tendo o conhecimento evoluído essencialmente no que diz respeito ao estado físico do objeto patrimonial, à sua matéria. Com os especialistas a utilizarem os recursos que têm na procura de métodos inovadores para conseguir preservar e manter íntegro o objeto patrimonial, têm sido esquecidas as ciências sociais, o estudo e a compreensão dos valores e a sua importância para a salvaguarda do Património Cultural.

No processo de evolução da ciência patrimonial, a maioria das decisões relacionadas com a gestão do património ficaram a cargo dos especialistas ou dos governantes. A necessidade de colocar as pessoas e os valores humanos no centro do conceito do património, ganhou uma institucionalização com a Convenção de Faro (CE, 2005), que veio colocar em perspetiva muitas das abordagens utilizadas até à data por especialistas em património.

A participação das comunidades patrimoniais nos processos de tomada de decisão tem sido cada vez mais um tema de debate. No entanto, este é ainda um tema cujas opiniões são bastante divergentes e os seus benefícios ainda são questionados. A participação pode tomar diferentes formas de acordo com a “intensidade” do relacionamento entre as partes envolvidas. Uma das formas da participação é a colaboração. Esta é forma de participação com a maior intensidade de relacionamento, e onde tem de existir uma cooperação mútua. Tal como a Convenção de Faro reconhece, uma nova abordagem ao património cultural é necessária, em que se reconheça os valores humanos associados aos bens patrimoniais e a urgência de envolver e incentivar as pessoas a participar nos processos de tomada de decisão. Uma abordagem colaborativa.

Existem diversas tipologias de abordagens que incentivam a participação dos indivíduos no património cultural, uma delas é o mapeamento cultural. O mapeamento cultural é a memória de um lugar, é uma ferramenta que gera conhecimento e torna possível não só a consulta dos bens culturais, como evidência o que é importante para os cidadãos em determinada região. Um mapa cultural colaborativo é tudo isso contruído em colaboração. Uma colaboração entre os indivíduos de uma região e quem a governa. Entre as comunidades interessadas e as

comunidades de especialistas. Um mapa cultural colaborativo não dá só visibilidade ao património, dá também voz às memórias e às experiências de quem viveu o património.

Para a construção de uma ferramenta como um mapa cultural colaborativo é necessária uma localidade onde o implementar. Como objeto de estudo, este trabalho irá analisar a freguesia de Carnide-Luz e quais os benefícios e desvantagens da implementação deste projeto nesta freguesia.

O trabalho encontra-se dividido em três partes e seis capítulos. Uma primeira parte que tenta perceber como tem evoluído a participação das comunidades patrimoniais nos processos de gestão do património e quais os benefícios de adotar uma abordagem colaborativa que tenha como principal objetivo o envolvimento das comunidades. Uma segunda parte que analisa a freguesia de Carnide, e uma terceira parte onde, utilizando o conhecimento adquirido nas duas primeiras partes, faz-se o diagnóstico da implementação de um mapa cultural colaborativo como abordagem inovadora na freguesia de Carnide.

Como questão de partida para este trabalho de dissertação procura-se perceber qual a necessidade e vantagens em incluir as pessoas nos processos de tomada de decisão do património cultural e, procurar perceber que abordagens se poderá utilizar.

PARTE I

CAPÍTULO 1 – COMUNIDADES PATRIMONIAIS

1.1. Património e as Comunidades Patrimoniais

O Património Cultural é um conceito cuja verdadeira definição pode ser bastante complexa. Segundo Smith (2006), tradicionalmente a identificação de um bem patrimonial estava ligada a determinados conjuntos de monumentos e obras de arte que expressassem a identidade de uma comunidade num determinado espaço e tempo. Indo ainda mais longe, Smith sugere que, no senso comum, o significado de “Património” pode ser identificado como sítios, edifícios ou lugares “antigos”, grandiosos, monumentais e esteticamente “bonitos” (Smith, 2006:11). Desta forma, mantém-se uma conceção do Património Cultural como algo previamente definido, algo que não desenvolve, cresce ou muda, marcado por regras estabelecidas por uma certa elite ou por quem administra. Exemplo disto é ainda alguns países terem legislações que restringem a definição de Património a edifícios com mais de 50 anos, negando não só a existência de património moderno, como também a premissa de que património é tudo o que as comunidades, pessoas e indivíduos atribuem valor (Schofield, 2016). Esta premissa é o princípio para este trabalho, e talvez a maior problemática atual nas discussões do património e na importância da inclusão das comunidades nos processos de gestão do mesmo.

Esta importância da existência de um conceito alargado de património cultural, tem vindo a ser debatida, genericamente, desde o final da II Guerra Mundial, com documentos estruturantes como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Carta de Veneza de 1964 ou a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972¹; mais recentemente a Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade, onde é declarado que todos têm o direito de participar no património à sua escolha, direito esse que está de acordo com os direitos humanos básicos (Waterton, 2015). Esta convenção, proclamada em 27 de outubro de 2005, abriu-se à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa e a outros Estados não membros, em processo de adesão. Portugal, ratificou a convenção em 2009, que entrou em vigor em 1 de junho de 2011². Esta convenção reconhece a necessidade de colocar as pessoas e os valores humanos no centro do conceito de património. A convenção, veio dar relevância ao envolvimento das comunidades

¹ A Convenção de 1972 comemora em novembro do presente ano (2022), 50 anos de existência.

² <https://www.forumdascidades.pt/content/convencao-de-faro-conselho-da-europa-2005>

nos processos de construção e gestão do património, o que veio questionar muitas das abordagens utilizadas até à data pelos especialistas.

Que benefícios existem no envolvimento e participação das pessoas nos processos de gestão, tomada de decisão e preservação do património cultural?

Esta é a questão que se vai tentar obter uma resposta através de uma revisão bibliográfica de obras como: “Heritage, Communities and Archeology” de Laurajane Smith e Emma Waterton (2012), “The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research” de Emma Waterton e Steve Watson (2015), “Who needs Experts? Counter-mapping Cultural Heritage” de John Schofield (2016), “Values and Heritage Conservation” de Erica Avrami, Randall Mason e Marta de la Torre (2000).

Em 2009, Smith (Smith e Waterton, 2009) escreveu sobre a existência de um “elephant in the room” relativamente aos estudos do património. Este seria a falta de reconhecimento do afeto e das emoções como elementos construtivos e essenciais no processo de “heritage making” (Smith, 2015).

A interação das comunidades nos processos patrimoniais é um tema que tem vindo a ser debatido cada vez com mais amplitude. Este debate tem procurado refletir sobre as várias comunidades patrimoniais e os seus vários sentidos. Por um lado, reconhece-se que a interação das comunidades nos processos patrimoniais ainda é bastante contestada, tensa e irregular (Smith et al, 2009: 138). Ao enfatizar a importância das comunidades nestes processos, não se está a desvalorizar o papel dos especialistas do património cultural. Smith argumenta, porém, que o trabalho dos especialistas é determinante na construção e manutenção do significado do património, processos de “heritage making” em que se criam valores e narrativas sobre o passado que sustentam as identidades do que a autora denominou de “comunidades de especialização”. As narrativas construídas por estes especialistas são, muitas vezes, tomadas como únicas e representam as identidades de outras comunidades sem poder de decisão. Existe assim uma relação de poder desigual entre as comunidades de especialização e, as chamadas, comunidades de interesse³. Desta maneira, as comunidades de interesse devem estar cientes das relações de poder com as quais se querem envolver e que os especialistas terão a responsabilidade de reconhecer, ou negar, o reconhecimento de acordo com a sua própria ética e posições políticas. Ao mesmo tempo, as comunidades de especialistas devem reconhecer o direito que as comunidades com poder inferior têm de trabalhar, ou recusar trabalhar, com as

³ Comunidades de interesse: todos aqueles que querem participar no património, tendo o direito de participar e interagir com o património da sua escolha

mesmas. Para Smith (2009), existem cinco áreas chave na interação entre estas duas comunidades: honestidade, diálogo, reconhecimento de poder, uma abordagem holística, consideração pelo contexto político e social da interação com a comunidade. Quanto mais se conseguir um envolvimento das comunidades de interesse, mais as comunidades de especialização encontrarão conhecimentos, histórias e experiências que vão, inevitavelmente, influenciar um impacto no desenvolvimento de pesquisas e estudos dos especialistas. Smith (2009), afirma que devem ser reconhecidos os problemas ligados à falta de interação entre as comunidades, devendo ser postas de parte as tensões e começar a criar um diálogo e debate interdisciplinar e intercomunitário.

Schofield (2015) escreveu sobre o mesmo tema com uma abordagem muito semelhante, mas desta vez utilizando diferentes termos para conseguir separar estas duas comunidades com diferentes interesses e capacidade de ação, em relação ao processo patrimonial. Para o autor, a maioria das práticas patrimoniais são determinadas e lideradas por “Thinkers”, ou em português, “pensadores”. Estes pensadores são as pessoas que tomam as decisões “científicas” sobre o que deve ou não ser preservado apenas pelo fator “raridade” ou valor estético. No entanto, as diversas áreas do património estão em constante mudança e evolução e, atualmente, cada vez mais são pensadas abordagens que passam pelo valor social e comunitário, dando mais valor aos lugares cotidianos e “não notáveis”. Para estas abordagens o autor refere a necessidade de inclusão de um grupo intitulado de “feelers”, ou por outras palavras, pessoas que seguem os seus instintos emocionais. Apoiando-se através dos ideais da Convenção de Faro, o público deverá agora, ter uma opinião ativa sobre o que importa ser preservado e trazido para debate. Mas, ao introduzir os “feelers” nos processos de gestão do património cresce um problema: as emoções e os valores particulares que cada pessoa atribui a um determinado objeto ou lugar podem ser muito difíceis, ou mesmo impossíveis, de articular e de generalizar, por isso, é preciso perceber como envolver de maneira significativa o público nas práticas patrimoniais criando processos eficazes que possam facilitar o nível de participação pública. Estas práticas requerem que os “Thinkers” estejam em sintonia com os “Feelers”, ou seja, é necessário que os profissionais do património sejam capazes de compreender os benefícios de envolver os valores e emoções da comunidade nos processos de decisão sobre o que deve ser, ou não, considerado património. O autor ainda consegue ir mais longe e consegue criar uma divisão destes grupos baseada na personalidade, separando os grupos pelas pessoas que se guiam pela sensação e as pessoas que se guiam pela intuição. As pessoas que se guiam pela sensação vão seguir as convenções e funcionar dentro de um sistema imposto, já as pessoas que se guiam pela intuição irão procurar mudar o sistema imposto. Utilizando esta ideia para os processos de

tomada de decisão, as pessoas que se regem pelo sistema irão sempre seguir regras impostas e objetivas para resolver as questões, quando as pessoas que se guiam pela sua intuição terão muito mais multiplicidade de pontos de vista para responder aos seus objetivos.

Schofield (2015), afirma que apesar de cada vez mais se falar da importância de inclusão e participação do público nos processos do património, o próprio conceito e linguagem atual de património parece ainda não contribuir para que isto aconteça. Ou seja, em vez de se utilizar apenas linguagem científica devia-se começar a adotar uma linguagem mais inclusiva, como por exemplo, através do uso de sensações, emoções e sentimentos para descrever, não só o objeto ou lugar enquanto bem material, mas também como imaterial. Para o autor é preciso quebrar o estigma de que a prática do património é liderada por sistemas exigindo que profissionais tomem as decisões de acordo com manter o mesmo sistema, tendo, a maioria traços de personalidade que correspondam aos chamados “Thinkers” que se guiam pela sensação. No entanto, para existir uma mudança é necessário que os profissionais passem a ver e a pensar para além dos sistemas e regras impostas e comecem a reconhecer a necessidade de uma participação ativa das comunidades patrimoniais. Um conceito de pós-património, parece emergir deste debate, focando-se nas práticas e políticas patrimoniais ao nível do indivíduo, não numa perspetiva de conflito ou disrupção, mas como um complemento, destinado a incluir o indivíduo nos processos patrimoniais (Muzaini e Minca, 2018).

Schofield (2016) propõe ainda que as pessoas e os valores que lhe lhes são inerentes favorecem o discurso patrimonial e a sua visão deve ser integrada através de novas abordagens participativas, com recurso a modelos *bottom-up*⁴, fundamentadas em preocupações e interesses locais. O fundamento para estas propostas decorre de uma premissa base que coloca as pessoas no centro da questão patrimonial: “Heritage (...) is as much about people as it is about place” (Schofield, 2016: 2). À qual se acrescenta ainda uma outra: “Heritage is changing as heritage as always changed” (Schofield, 2016). Esta afirmação define, compromete e decide o que é património são as pessoas. Estas mudam estão em constante evolução, logo, porque devemos definir conceitos fechados e regras a um conceito tão vasto e complexo? Schofield (2016), afirma que, felizmente, as comunidades atualmente têm cada vez mais uma voz nos processos de património. Estas deixaram de ter apenas interesse para serem cada vez mais ouvidas. Essas vozes conseguem dar múltiplas perspetivas sobre o que realmente importa e conseguem levar os “experts” do património para lá da zona de conforto e dos limites convencionais.

⁴ *Bottom-up* – Sistema que vai de baixo para cima, ou seja, das comunidades para os tomadores de decisão.

Para Scholfield (2016) as abordagens *top-down*⁵, conduzidas pelos especialistas e profissionais, antiquadas e impossíveis de sustentar, pelo simples facto de os profissionais muitas vezes ligarem apenas ao aspeto científico das questões, sem querer saber do quotidiano, dos valores e das emoções. Estas emoções e valores são resultados de memórias de acontecimentos passados e que impactam grandemente no conceito de património e que representam a “inevitabilidade e universalidade do valor do lugar que preenchem o nosso mundo e que dão ao património o significado e propósito social” (Byrne, 2008 *apud* Schofield, 2016: 2).

Património não é algo estático, não um objeto, não é uma “coisa”, património é algo que é criado através de memórias, valores, e emoções que as pessoas atribuem a objetos, lugares, edifícios ou expressões imateriais. É um conceito que vai para além do que é icónico, grandioso ou esteticamente bonito, é mais uma perceção. Com a frase “heritage is for everyone and we all are heritage experts” (Schofield, 2016), e com a ajuda das premissas da Convenção de Faro, o autor tenta deixar claro que é uma necessidade, mais do que um mero desejo ou vontade, envolver toda a sociedade nos processos de gestão do património cultural, reconhecendo que todas as pessoas têm o direito de participar no património. As pessoas que desejarem participar nos processos de gestão e preservação do património devem ser ouvidas e devem ser incluídas nas práticas patrimoniais e formação de políticas. “Heritage is never merely something to be conserve or protected, but rather to be modified or enhanced” (Palmer, 2008 *apud* Schofield, 2016: 8)

Todos os autores anteriores defendem que é urgente uma mudança nas abordagens ao património cultural, mudança que deve vir, em primeiro lugar, dos profissionais do património, e da maneira como os mesmos deixam o público interagir e interferir nos processos de tomada de decisão do património cultural. Avrami, Mason e Torre (2000), nas suas investigações identificam os benefícios do estudo dos valores patrimoniais na disciplina de conservação, propondo que esta seja vista como um processo social, a partir de uma abordagem multidisciplinar. A verdade é que a maioria dos estudos nesta área, sempre foram virados para uma maior compreensão de “como” preservar os objetos e entendimento dos processos de deterioração dos materiais e em perceber como retardar esses processos, dando apenas atenção à área da intervenção, deixando de parte os estudos relacionados com o “quando” o “onde” e o “porque” de os preservar. Estes autores (Avrami, Mason e Torre, 200: 5) dividem por “esferas”

⁵ *Top-down* – Sistema que vai de cima para baixo, ou seja, dos tomadores de decisão para as comunidades

os processos de gestão do património cultural: valores; interesse; proteção; planeamento e gestão; intervenção.

Apesar de os valores serem claramente a área que deveria ser primeiramente estudada e tomada em consideração, infelizmente muitas vezes, na área da conservação, é uma área que nem no final é considerada. Tradicionalmente, a área da conservação era uma área muito fechada, existia apenas para os profissionais e estes apenas trabalhavam para aqueles que lhes financiavam o trabalho (na maioria, autoridades governamentais), existindo um consenso entre especialistas sobre o que deveria, ou não, ser conservado. Apesar de ainda ser um problema atual, cada vez mais estes profissionais trabalham em vista dos interesses das comunidades, debatendo conceitos e práticas com diferentes grupos da sociedade. Avrami, Mason e Torre (2000) defendem uma aceitação mais ampla do conceito de conservação, estando o sucesso da área dependente disso. O património “atrofia” com a carência de apoio público, sendo necessário construir uma estrutura onde a multiplicidades dos valores sociais é central e aprofundada. É necessário criar melhores ferramentas e métodos de avaliação de significado cultural para que se consiga pôr em prática a disciplina da conservação. Deve ser criado um terreno comum de troca de ideias entre os profissionais do património e os cidadãos que desejem contribuir, deve-se procurar chegar a uma estratégia de opções de como a conservação pode funcionar melhor na sociedade, em vez de simplesmente documentar e teorizar sobre como a mesma funciona atualmente.

De acordo com os autores estudados verifica-se que existe um grande debate atual sobre as abordagens existentes tradicionalmente utilizadas nos processos de gestão e preservação do património cultural. Os benefícios e a necessidade de colocar os valores humanos no centro de um conceito atual e abrangente de património cultural é ainda um conceito restrito, com uma aplicação limitada. Património não são mais apenas espaços icónicos e grandiosos, património é o produto de uma construção, evolução e criação constante. Tudo pode ser património, todos têm o seu próprio património, e é preciso dar mais importância aos estudos dos valores sociais e da importância que cada pessoa atribui a um lugar, objeto ou acontecimento.

1.2. Abordagens participativas e centradas nas pessoas

1.2.1. A participação no setor das artes e cultura

O tema da participação social no setor das artes e do património não é novo, no entanto, em muitas áreas da vida social europeia parece ser agora o principal instrumento de inovação nas práticas coletivas e de emancipação individual (Négrier, 2020).

No século XIX, nasceram as primeiras formas de ação cultural pública com objetivo de melhorar a própria cultura. Este período foi marcado pelo surgimento da ideia de arte comunitária, rejeitando uma divisão entre arte de elite e a arte popular. A arte comunitária propôs um modelo alternativo de produção e difusão, com uma perspectiva revolucionária através do uso da cultura. Esta teve origem nas periferias operárias das grandes cidades tendo mais impacto na década de 1960 (Négrier, 2020). A marca da arte comunitária é a capacidade de tornar disponível a arte para a sociedade, enraizar a mesma na vida das pessoas. Contestando uma predominância de valores estáticos e uma certa indiferença às raízes sociais, a arte comunitária, a partir dos anos 80 do século XX, será revista e vai dar origem ao conceito de arte participativa (Négrier, 2020).

O conceito de bem-estar cultural passa a ter relevância nas décadas de 50 e 60 do século XX, na maioria das sociedades democráticas ocidentais. Este bem-estar é associado, como tantos outros bem-estar, a uma tarefa (e em alguns, dever) dos Estados. A cultura passa a ser objeto de criação e implementação de políticas públicas, que refletem a evolução dos valores sociais ao longo do decurso do século e, em consonância, se estruturam em modelos, paradigmas (Bonet e Négrier, 2018): a excelência cultural, a democratização cultural, a democracia cultural, e a economia criativa, não totalmente estanques, mas em coexistência.

Se o modelo de democratização cultural teve um eco muito grande no esquema geral das políticas culturais, será na democracia cultural que os cidadãos desempenham um papel central na participação cultural, sendo a participação crucial para alcançar objetivos de democracia cultural. .

“The crisis of legitimacy of political and cultural institutions, the increase of discourses and claims for a “participatory democracy,” and the relative failures of cultural democratization in terms of diversifying audiences, have gradually given new dimensions to the term “participation,” embracing, beyond attendance, the involvement of audiences in cultural and artistic projects.” (Maynard e Villarroya, 2020: 35).

A participação está cada vez mais presente no debate contemporâneo. Esta pode responder a diferentes características: fornecer informação (mutuamente); ser ouvida (consulta); ter poder de decisão; o fenómeno de coprodução; entre outras (Rowe e Menos, 2000 *apud* Bonet e Négrier, 2018: 2). A participação é vista como uma alavanca de transformações das práticas políticas, como são exemplos os orçamentos participativos, programas políticos participativos e até partidos participativos (Maynard e Villarroya, 2020).

Algumas investigações realizadas permitem afirmar que a participação tem um impacto positivo nos objetivos da política cultural: diversificação de públicos, desenvolvimento de ligações com as comunidades locais, construção de um sentimento de pertença entre os públicos e melhoria das ligações entre os artistas e a sociedade (Maynard e Villarroya, 2020). No entanto, são também apontados alguns riscos e limites da participação. Os riscos mais frequentemente mencionados na literatura, são a perda de qualidade artística e o risco da ameaça à perícia artística. Este último tem como fundamento a intervenção de não profissionais nas áreas de tomada de decisão que estão geralmente reservadas a certas profissões. Existe ainda o risco das políticas culturais “orientadas para o mercado”, ou seja, argumentar que as políticas culturais podem levar um rumo de “gostos populares” com decisões tomadas sem serem pensadas ou estudadas, quando a maioria das práticas participativas são processos demorados e a longo prazo, em vez de rápidas sondagens (Maynard e Villarroya 2020: 51-52). Existem assim alguns riscos associados à participação, sendo a mesma vista como potencial ameaça às definições clássicas baseadas na excelência no sentido técnico e profissional que, fazem com que os profissionais do setor artístico receiem que o seu estatuto possa ser questionado. Contudo, existem esperanças que, relativamente à partilha de poder e atual acréscimo do número de debates, possam transformar a aversão ao risco pela criação de uma nova aprendizagem que confronta as políticas culturais tradicionais (Dupin-Meynard e Villarroya, 2020:53).

O conceito de participação é reconhecidamente difuso, e limitá-lo ao contexto das políticas culturais pode não ser a melhor maneira de o compreender. Mesmo considerando apenas formas de participação que se relacionam com a partilha de “poder” dos profissionais e decisores culturais com não profissionais, a participação pode depender de uma variedade de fatores como o país, as suas práticas culturais e a sua tradição de políticas culturais. Dependerá também do tipo de agentes que são motores destes processos tais como autoridades públicas a nível nacional, regional ou local, instituições culturais, fundações culturais, atores culturais, ONGs ou empresas que utilizam a cultura como ferramenta para o desenvolvimento territorial. Os níveis de mecanismos de participação diferem significativamente consoante o tipo de atividades ou decisões para quais os participantes são convidados a participar. Exemplos interessantes de atividades e processos de decisão são aqueles que o enraizamento territorial, ou o trabalho com comunidades locais, é um aspeto central (Costa, 2020: 128).

Em Portugal, nas duas primeiras décadas do século XX, observou-se uma melhoria considerável da participação em domínios que a promovem no âmbito de políticas culturais e no âmbito de políticas de desenvolvimento local e territorial. Têm sido encorajados programas de apoio às artes e ao nível das políticas culturais nacionais, e têm sido realizadas revisões dos

esquemas de financiamento para os agentes do setor cultural, particularmente em campos como as artes performativas, mas também noutros domínios. Para conseguir uma participação consistente é preciso ir para além das formas “simbólicas” e meramente “nominativas” da participação pública. O envolvimento das comunidades na construção de uma estratégia partilhada é essencial, só sendo possível se estes estiverem envolvidos desde o início nos processos participativos e no diagnóstico da situação antes de chegar à ação política (Costa, 2020). Existem alguns projetos em Lisboa, como os BIPZIPs, que incentivam o “envolvimento dos habitantes na definição do espaço público e comunitário, e consequente melhoria das condições de vida, que leva a um desenvolvimento de inteligência crítica e, naturalmente, as instituições municipais adaptam-se criando mecanismos pró-ativos de participação, avaliação e codecisão”⁶.

1.2.2. Participação no Património Cultural

A promoção de novos modelos de intervenção no património cultural baseados na sociedade e orientados para as pessoas, são um tema constante no reconhecimento do património como “recurso estratégico” para uma Europa sustentável.

O potencial sustentável do património cultural é “desbloqueado” por uma participação ativa das comunidades, de modo a melhorar o estilo e qualidade vida. O património cada vez mais tem de ser encarado como “recurso partilhado” e “bem comum” sendo a sua salvaguarda uma “responsabilidade comum” (European Union, 2018), considerado um testemunho das mudanças culturais, sociais e económicas que contribuíram para a construção das sociedades atuais (European Union, 2018). A preservação, gestão e salvaguarda requerem uma governação e boa cooperação entre os vários setores envolvendo todas as partes interessadas, desde as autoridades públicas e profissionais a intervenientes privados.

Tendo em conta a tendência atual de modelos de governação participativa, o património cultural torna-se também um recurso para o desenvolvimento democrático. Atualmente poucos discordam da importância da participação e da governação participativa do património cultural. Esta tem sido estudada, discutida e aprovada por diversos investigadores, profissionais e decisores políticos e manifestou-se nas leis e convenções internacionais nos últimos 30 a 40 anos. A participação pública tenta facilitar o envolvimento das pessoas que têm interesse numa decisão (ou ação) do património cultural e as entidades decisoras devem reconhecer o direito

⁶ “Energia BIP/ZIP. Conhece os BIP/ZIP: Redes Colaborativas”, informação disponível em <https://bipzip.lisboa.pt/conhece-os-bipzip/redes-colaborativas/index.htm>.

que estes grupos de interesse têm em participar nos processos de tomada de decisão e na escolha de como querem participar (European Union, 2018).

Durante as décadas de 1980 e 1990, as organizações internacionais reconheceram progressivamente o património comunitário local, bem como a responsabilidade ética de instituições do património cultural respeitarem e apoiarem as comunidades com as quais colaboram. Nas abordagens e projetos pensados para trabalhar em conjunto com a comunidade, é preciso ter em conta particularidades tanto nas abordagens “*top-down*” como nas abordagens “*bottom-up*”. Na primeira é necessário garantir que as discussões políticas e profissionais, que conduzem a ideia de início de um projeto, vão de encontro com os desejos da comunidade em que o mesmo irá ser implementado. O reverso também acontece nas abordagens “*bottom-down*”, é preciso garantir que existe uma vontade política para apoiar os projetos que a comunidade deseja construir. É essencial que exista um diálogo e compreensão entre as duas partes interessadas (European Union, 2018).

Ao incentivar a valorização do património cultural através de processos participativos, está-se a originar também uma ligação entre gerações, mantendo vivos os valores do passado no dia-a-dia das gerações atuais, criando uma sustentabilidade cultural (Wong, s.d.: 3). A noção de envolver as comunidades locais nos processos de conservação do património tem sido cada vez mais discutida nos últimos anos, dando cada vez mais importância à criação de abordagens centradas nas comunidades locais (Wong, s.d).

1.2.3. Abordagens centradas nas pessoas

Após fazer uma breve revisão bibliográfica sobre a “participação” no setor da cultura e no património cultural, é necessário para este trabalho entender as novas abordagens ao património cultural, e à sua conservação, centradas nas pessoas e na sua ativa participação. O artigo do ICCROM “*People-centred approaches of to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*” (2015), traz para discussão as abordagens centradas nas pessoas para a conservação do património: “Cultural heritage has been created by people and it has been created for people. Our world is a better place for the richness that cultural heritage brings”. O ICCROM no artigo tenta fornecer orientação aos que estão, ou poderiam estar, envolvidos com o património para conseguir aumentar a participação das pessoas, tais como: formuladores de políticas, profissionais de património e membros das comunidades.

Adotar uma abordagem centrada nas pessoas não é simplesmente uma sugestão para aumentar a participação num sistema de gestão. Trata-se de abordar uma componente central nos sistemas de gestão do património, e garantir que seja um elemento integrante da

conservação e preservação do mesmo. Como anteriormente estudado, as comunidades tornaram-se o foco principal das políticas nacionais e internacionais, sendo compostas por grupos comunitários ativos que contribuem para: a melhoria da saúde e bem-estar, aumento da inclusão social, redução do comportamento criminoso, e encorajam a participação no processo democrático. Estas novas abordagens não consideram o património como uma entidade isolada que requer recursos para a sua conservação e gestão, mas abordam o património como tendo potencial de desempenhar um papel ativo nas comunidades e trazer benefícios para as mesmas. (ICCROM, 2015)

Existem alguns argumentos de que novas abordagens não são necessárias devido ao elevado número de visitantes e turistas (por vezes até prejudicial ao local) em lugares de património histórico, no entanto, a pergunta precisa de ser feita às comunidades locais e residentes, se as mesmas conseguem desfrutar e usufruir do seu património como originalmente foi pensado e construído. Esta deixou de ser uma questão financeira para passar a ser um tema do discurso sustentável e da criação de uma comunidade sustentável. Apesar disto, o património não se encontra nos grandes debates sobre a sustentabilidade, tendo isto diversos impactos negativos como o não aproveitamento do potencial que a cultura pode dar em questões relacionadas com a dignidade da comunidade, tais como: inclusão cultural, redução da pobreza, etc. Não conseguindo garantir que existirá financiamento e apoios para a manutenção do património, este deve assumir um papel dinâmico, alcançando o equilíbrio com a sociedade tendo esta cada vez mais razões para o salvaguardar (ICCROM, 2015).

As abordagens centradas nas pessoas podem ser apoiadas por qualquer um dos grupos envolvidos no património (tomadores de decisão, praticantes e membros da comunidade) por meio de ações concretas. Estas ações trazem benefícios para os tomadores de decisão ao promover a participação da comunidade no património. Os formuladores de políticas podem melhorar a “transparência” do governo, podendo beneficiar de vantagens políticas, atraindo apoio de um maior número de pessoas. Existem também benefícios para os praticantes do património, tais como: aumento de oportunidade de emprego, contribuição para o desenvolvimento sustentável, comunidades sustentáveis, aumento da inclusão cultural e social e integração entre gerações. Estes benefícios variam de caso para caso, e dependem: do tipo de património, do nível de envolvimento da comunidade, do contexto, etc.

É inquestionável agora que as abordagens centradas nas pessoas trazem benefícios, mas de nada serve a teoria sem saber como aplicá-la. As diferentes partes interessadas podem agir de diversas maneiras para este objetivo, tanto os tomadores de decisão, como os membros da comunidade. Os tomadores de decisão devem avaliar se o sistema em vigor facilita a

participação da comunidade, devem dialogar com as comunidades para perceber a sua interpretação na definição de valores e significados, devem definir objetivos que visem trazer benefícios, não só ao património, mas também às comunidades e definir um sistema de gestão conjunta. Os membros das comunidades devem também ser proativos e organizar iniciativas relacionadas com o património, aproveitar as oportunidades que os formuladores de decisão disponibilizarem para a participação, envolver-se na tomada de decisão e voluntariar-se, partilhar conhecimento, mostrar preocupações e partilhar recursos, não só monetários, como também humanos (ICCROM, 2015).

Para isto tudo acontecer é necessário que existam abordagens eficazes e eficientes que consigam incentivar estas práticas. Algumas abordagens já estudadas que têm dado resultado são: a educação, a gestão participativa, o mapeamento cultural, a interpretação do património, entre outras (ICCROM, 2015). A **educação patrimonial** tem ganho cada vez mais visibilidade desde o século XIX como condição para a valorização patrimonial. Atualmente, tenta abranger o discurso científico e popular ao ser interativa e aberta a diferentes perspetivas e visões (European Union, 2018). A **governança participativa** analisa e identifica os grupos de interesse. O **mapeamento cultural** é o conjunto de atividades e processos para: explorar, descobrir, documentar, examinar, analisar, interpretar, apresentar e partilhar informações relacionadas com as comunidades e práticas associadas a essas comunidades. Este processo pode fornecer um papel significativo e ativo para os membros da comunidade e os resultados podem ser usados de várias maneiras para promover a dignidade da comunidade, inclusão social, turismo sustentável, etc. A **interpretação patrimonial** tem um potencial participativo e permite que indivíduos e comunidades identifiquem valores patrimoniais e os compartilhem com outras pessoas (ICCROM, 2015).

CAPÍTULO 2 – ABORDAGENS COLABORATIVAS

2.1. Abordagens participativas e colaborativas

As abordagens participativas e processos colaborativos ganharam grande destaque nas ciências sociais nos últimos anos, o que fez com que fossem criadas diferentes formas de colaboração e participação com diferentes níveis de intensidade (Thiollent e Oliveira, 2016; Weaver e Cousins, 2008). Adotar abordagens participativas significa que é pretendido criar um relacionamento. Esse relacionamento pode ser criado e desenvolvido de diferentes formas e a diferentes níveis de intensidade (ACT Brasil, 2008). Dentro das abordagens que envolvem a participação existem diferentes métodos com diferentes intensidades e formas de relacionamento. As semelhanças e as diferenças existentes entre a participação e colaboração baseiam-se nas relações sociais subjacentes a cada tipo, e são definidas através de níveis de intensidade, ou horizontalidade, e reciprocidade dentro dos relacionamentos (Thiollent e Oliveira, 2016).

A diferenciação entre uma abordagem participativa e colaborativa relaciona-se com os modos e intensidades da interação dos cidadãos nas decisões. Em 1969, Sherry Arnstein propôs o modelo da “Escada da Participação Cidadã”, sendo este um dos modelos mais influentes no campo da participação pública democrática (Organizing Engagement, 2019). Este modelo propõe oito diferentes níveis de participação que correspondem a três modos gerais de poder do cidadão na tomada de decisões: não participação, níveis mínimos de poder e níveis de poder cidadão. Dentro da “não-participação” encontram-se os dois primeiros níveis da escada: manipulação e terapia. A manipulação tem como objetivo, tal como o nome indica, de manipular e apresentar algo como verdadeiro quando não o é, escondendo os objetivos reais das propostas apresentadas. A terapia é o nível onde é dado o direito da palavra às pessoas para se exprimirem e apresentarem as suas queixas, sendo que no final nada é feito para solucionar os seus problemas. Os três próximos níveis da escada são os “níveis mínimos de poder”: Informação, consulta e pacificação. Num nível mínimo, estão as condições de **acesso à informação**, mas sem a possibilidade de negociação, que é potenciada quando existem condições para a **consulta**, momento em que se abre espaço para opinar, a favor ou contra, determinada proposta. Na pacificação, o **diálogo** entre partes é uma realidade, mas apenas de uma forma consultiva e sem garantias de correspondência das soluções às propostas em consulta. Os últimos três degraus já correspondem a “níveis de poder cidadão”: parceria, delegação de poder e controle cidadão. A partir do degrau da parceira existem novas

características que começam a ganhar destaque como: **cogestão, cooperação e a corresponsabilização entre participantes**. A partir deste degrau é importante a existência de diálogo e estabelecimento de compreensão entre todas as partes interessadas. A delegação de poder encontra-se no sétimo lugar da escada e caracteriza-se por uma distribuição de poder consciente, os cidadãos conseguem garantir que os projetos implementados correspondem às necessidades da comunidade e garantem que existe uma horizontalidade nas decisões. O degrau mais elevado e com mais destaque a nível participativo é o Controle Cidadão. Neste último degrau qualquer cidadão pode intervir nos processos de tomada de decisão, aqui a **população assume a responsabilidade e gestão de determinados projetos** (Modelo participativo). Através da separação destes níveis é possível perceber que a participação pode ser designada apenas como o ato de consulta num só sentido, ou como um processo horizontal de partilha de poder, é aqui que se encontram as **abordagens colaborativas**.

2.1.1. Abordagens colaborativas

O modelo colaborativo surge com premissa de que, para a solução de certos problemas, não chega a atuação de uma só pessoa, mas sim de um conjunto de indivíduos isolados ou organizados. As abordagens colaborativas permitem ainda um modelo de resolução de problemas que não é exclusivamente assente na atuação de profissionais das áreas em questão. Os princípios basilares do modelo colaborativo são descritos por Gomes, Soares e Bronzatto (2015: 20):

“A pessoa deve estar no centro da ação e ser sujeito ativo em todo o trabalho comunitário, desde a análise da realidade até a construção e realização de um plano de ação. Desta forma, qualquer pessoa, por mais marginalizada do acesso aos benefícios que o “desenvolvimento” nos traz, possui habilidades, experiências e qualidades que podem contribuir para o bem comum. A solução de problemas sociais não depende apenas dos governantes, nem somente dos empresários ou da sociedade civil. É necessária uma colaboração entre esses três setores para a solução de problemas.”

Através destes princípios surge uma “mudança de paradigma” na forma como se percebe e atua numa comunidade. Esta mudança de paradigma defende que se deixa de ter o foco em fraquezas, para se focar em capacidades; deixam de existir apenas peritos, para prevalecer os valores de uma comunidade; e o poder de decisão centralizado dá lugar a um modelo de decisões compartilhadas; os recursos deixam de ser externos e externalizados, para serem

encontrados dentro da comunidade; acaba a dependência de “clientes”, para dar espaço à cidadania (Gomes et al., 2015: 21; Curitiba, 2002).

O termo colaboração surge do latim “collaborare” e tem como significado trabalhar em conjunto. Neste sentido o trabalho em o em conjunto sugere uma união de esforços entre vários agentes, e em concreto entre os profissionais e as comunidades, tentando encontrar formas práticas e eficazes de cooperarem e de deixarem de ser apenas pensadas soluções que muitas vezes vão só ao encontro das necessidades e desejos dos profissionais. É preciso que o profissional tenha curiosidade cultural e interesse em desenvolver parcerias com as comunidades (Rivero et al., 2013: 24). Nos estudos das práticas participativas e colaborativas contemporâneas, Weaver e Cousins descreveram a colaboração como tendo três objetivos primários: de natureza pragmática, política e epistemológica. A natureza pragmática de modelos colaborativos, aponta para a resolução de problemas envolvendo as comunidades e os profissionais, no sentido de obter soluções práticas. A natureza política envolve a promoção da justiça entre todos os grupos da sociedade que desejam participar na tomada de decisões políticas, melhorando as desigualdades sociais. A natureza epistemológica dos modelos colaborativos, tem como objetivo ficar a conhecer as comunidades e os seus costumes. A colaboração tem como principal objetivo procurar o melhor meio para resolver os problemas, envolvendo neste processo todos os interessados de forma a conseguir uma solução correta e eficaz (Weaver e Cousins, 2008). Um dos principais pontos para se adotar uma abordagem colaborativa é o seu contributo positivo para todos os envolvidos nos processos: famílias, profissionais, serviços e comunidades (Rivero et al., 2013: 24).

As práticas colaborativas devem ser vistas como possíveis sugestões onde os especialistas continuam a condução de diversos processos, no entanto, o poder e a certeza são substituídos por curiosidade e um trabalho em equipa (Amundson, Stewart e Valentine, 1993 *apud* Rivero et al., 2013: 24). Do ponto de vista dos profissionais em determinadas áreas, os modelos colaborativos implicam que estes mantenham uma capacidade de abertura intelectual, em processos de auscultação das comunidades e com capacidade e abertura para processos de diálogo. No entanto, como tudo, as abordagens colaborativas não são abordagens 100% perfeitas e sem pontos negativos e existem alguns constrangimentos à implementação das mesmas

No *Manual de Práticas Colaborativas e Positivas Na Intervenção Social* (Rivero, Sousa, Grilo, Rodrigues, 2013) são referidos alguns constrangimentos à implementação destas abordagens. O primeiro problema relaciona-se com o facto de um certo tradicionalismo associado às políticas e materializado nas estruturas. Estas estruturas baseiam-se nas ideias de

que os problemas sociais não se resolvem sem a ajuda de um profissional, sendo as práticas profissionais mais valorizadas para a solução destas questões (Madsen, 1999; Saleebey, 2009 *apud* Rivero, Sousa, Grilo, Rodrigues, 2013). Outra problemática surge no próprio processo colaborativo, que implica colaboração, sendo que esta exige tempo de negociação e recursos humanos, o que pode ser visto como um processo dispendioso e demorado (McMillen, Morris e Sherraden, 2004 *apud* Rivero, Sousa, Grilo, Rodrigues, 2013).

É importante distinguir e perceber os diferentes conceitos, pois uma abordagem pode ser colaborativa e participativa, mas uma abordagem participativa pode não ser colaborativa, sendo necessário avaliar os diferentes graus de interação e relação entre os intervenientes. Na literatura e na cultura, muitas vezes esta distinção não se encontra explícita e encontra-se o termo “participativo” quando na verdade se está a referir a uma abordagem “colaborativa”, induzindo em confusão sobre os modelos.

2.2. Mapas culturais e Mapas Colaborativos

No artigo do ICCROM “People-centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage (2015), é possível encontrar algumas maneiras de como aplicar estas abordagens que se tem vindo a falar neste trabalho. Apesar de muito variadas, todas as abordagens referidas em seguida têm todas um ponto em comum: criar uma ligação genuína com as comunidades. A primeira proposta está relacionada com a educação, ou seja, a capacidade de disponibilizar conhecimento e ferramentas de maneira que se consiga trabalhar de forma eficaz com as comunidades. Outra proposta recai sobre a possibilidade das organizações ligadas ao património cultural criarem oportunidades para as comunidades interessadas terem uma voz e tomarem decisões. A interpretação patrimonial também pode ser um processo com o potencial de ser participativo, onde as pessoas (individuais ou em grupo) identificam e partilham os valores que o património lhes transmite. Por fim, entre outras, o mapeamento cultural é uma ferramenta usada para “explorar, descobrir, documentar, examinar, analisar, interpretar e partilhar informação relacionada com as pessoas, comunidades, sociedades, lugares e materiais” (ICCROM, 2015). Este é um processo que consegue promover um papel ativo por parte da comunidade e, como tal, iremos analisar esta mais pormenorizadamente.

2.2.1. Mapeamento cultural

O termo Mapeamento Cultural encontra-se dentro de um conceito interdisciplinar de investigação. Este é definido como uma ferramenta que tem como objetivo fornecer uma descrição dos recursos culturais de uma certa comunidade (Stewart, 2007 *apud* Duxbury, 2020:12). O mapeamento, ou o ato de mapear, pode ser definido como o levantamento e representação de informações referentes a um determinado assunto. Essa representação pode ter diferentes suportes e temas, e por isso, é importante definir o tema sobre o qual o mapeamento irá ser construído (Lima, 2013:20). De um ponto de vista das políticas culturais, muitos projetos de mapeamento cultural tendem a adotar uma abordagem de “inventário”, marcando e contabilizando bens culturais tangíveis, organizações e espaços culturais (Duxbury, 2020). Apesar disto, o mapeamento cultural não pode ser visto apenas como um método de inventário de bens culturais disponíveis num determinado espaço, este instrumento deve ser compreendido como uma ferramenta de possibilidades para o

“conhecimento e reconhecimento de territórios e identidades, exercício de poder, roteiro de vida de indivíduos e grupos, exercício de memória e de Democracia, tornando-se capaz de redefinir e requalificar espaços de forma a valorizar as culturas locais como partes e participantes da cultura da cidade, dando visibilidade a todos os seus cidadãos, indistintamente.” (Greiner de Paula, 2015:103).

Um mapa cultural é um instrumento que gera conhecimento, e torna possível não só a consulta dos bens culturais, como irá deixar claro o que é importante em determinada região. Desta forma, ao conseguir consultar em tempo real as potencialidades de cada território, está-se a gerar poder do conhecimento a quem governa, de forma que o faça de maneira mais eficiente e eficaz. **“Um mapa é um roteiro de vida”** (Greiner de Paula, 2015:109), esta é uma afirmação bonita e verdadeira, o mapa, como anteriormente dito, pode ter variados suportes e temas, um desses suportes, e um dos mais importantes, é a memória. A memória é o suporte mais duradouro e pode ser transmitido através do diálogo da comunidade. Um mapa é um exercício de memória, um mapa cultural deve ser construído por quem sente o lugar e não por quem apenas o visita. Resumidamente, um **“mapa cultural deve ser a memória de um lugar”** (Greiner de Paula, 2015:110).

A construção de um mapa cultural deve ser realizada com a participação de vários atores, desde o cidadão comum até ao gestor, ou ao decisor político, e desta forma, constituir-se como um exercício de democracia participativa. O processo participativo de construção de um mapa cultural, deve promover a manifestação da cultura de cada membro da comunidade e promover

as trocas e diálogos possíveis (Greiner de Paula, 2015:110). A construção de um mapa cultural não se deve prender na quantificação dos bens tangíveis de uma comunidade, mas alargar os horizontes e procurar representar os bens culturais intangíveis como os valores, histórias, crenças, tradições, sentido de lugar, etc. Apenas com a junção destas duas dimensões (tangível e intangível) é possível definir-se uma comunidade, identidade do lugar e qualidade de vida. Apesar de muitas vezes não ser realizado, o mapeamento cultural de bens intangíveis é uma maneira de tornar o invisível visível e valioso (Nuere e Bayón, 2015 *apud* Duxbury 2020).

Em suma, o mapeamento cultural deve deixar de ser visto como uma mera ferramenta de consulta e deve ser visto como uma ferramenta que gera conhecimento e poder. Poder de valorizar as comunidades e das mesmas se valorizarem a si próprias. Mapear é uma etapa final de um processo complexo de atribuição de valores representativos de uma determinada comunidade e sociedade. Este é um trabalho de identificação de conhecimento e investigação sobre a qual é possível refletir sobre a construção de políticas de preservação e salvaguarda (Lima, 2013). "Mapear, gerir, e proteger" são os três processos intrinsecamente ligados necessários para salvaguardar o ambiente e reforçar a cultura. (ACT Brasil, 2008: 4).

Existem alguns mapas culturais em Lisboa como é o exemplo do Mapa da Cultura da EGEAC⁷. Em Carnide existe ainda um projeto chamado E-Carnide⁸ que consiste na criação de um inventário do património cultural, tangível e intangível, do bairro de Carnide, apesar de não ser um projeto em si participativo é uma ótima ferramenta onde é possível consultar os monumentos, edifícios históricos, toponímia, festas e tradições, assim como as respetivas fontes literárias.

2.2.2. Mapeamento cultural colaborativo

Nos mapas colaborativos, a relevância recai na relação entre os indivíduos e o lugar, pois é a partir desta relação que os indivíduos podem alimentar o mapa, dando origem a que o conteúdo seja criado pelo próprio utilizador (Lima e Ribeiro 2008; Edelkamp et al, 2013 *apud* Cardoso 2017). Um mapa colaborativo é uma ferramenta, em vários formatos incluindo *o online*, que deve funcionar em colaboração direta entre todos os intervenientes, registando as informações fornecidas pelas pessoas (Cardoso, 2017). Esta metodologia colaborativa que requer uma cooperação direta entra a comunidade, quem a gere (os políticos, os gestores) e quem a estuda

⁷ Mais informações: "Cultura em Lisboa", disponível em <http://www.egeac.pt/mapa-cultura-lisboa-culture-in-lisbon-map>.

⁸ Para mais informações, consultar <https://ecarnide.hypotheses.org/credits>.

(os especialistas), sendo a comunidade quem deve definir o que deve ser mapeado (ACT Brasil, 2008: 7). Os mapeamentos colaborativos podem ser vistos como instrumentos de organização de experiências e de representação social do espaço em questão. Estes podem possibilitar a expressão de práticas sociais, sendo crucial a relação dos indivíduos que “alimentam” o mapa, com o local em questão. É a partir dessa relação que se criam sentidos na escala do espaço e das vivências e não na escala de uma unidade territorial que representa um Estado (Ribeiro e Lima, 2011: 44).

Os mapas colaborativos podem, tal como qualquer mapa, representar qualquer tema que as pessoas desejem que seja representado e partilhado. O mapeamento colaborativo não é uma ferramenta nova em Portugal, no entanto, não tem sido muito utilizada. Alguns exemplos de mapas colaborativos em Portugal são: o mapa colaborativo “Cidade Ciclável” (*Cidade Ciclável*, n.d.) (com o intuito de assinalar os parqueamentos de bicicleta existentes, assim como os sítios onde as pessoas desejam ver parqueamentos), e o mapa colaborativo “Motakki” *ArcGIS Web Application*, n.d.), criado com o objetivo de assinalar os parqueamentos de motas. Um mapa colaborativo com o objetivo de incentivar um papel ativo por parte da população de Portugal na preservação do património industrial *Chaminé Da Empresa Fabril Do Norte EFANOR Senhora Da Hora*, n.d.) nasceu no âmbito de uma tese de mestrado (Cardoso, 2017).

O mapeamento cultural colaborativo nada mais é que uma junção da colaboração e da abordagem do mapeamento cultural. Esta abordagem permite dar a conhecer às comunidades mais sobre a sua terra, história, cultura e património fortalecendo a identidade cultural. Esta ferramenta traz diversos benefícios para as comunidades tais como: incentivar a valorização do património material e imaterial; promover o aumento do acesso à cultura; permitir compreender e participar nos processos de valorização do património cultural; reforçar a capacidade do setor cultural promovendo a sua sustentabilidade; reunir todos os envolvidos, quem administra a quem usufruir; possibilita ver o que está a acontecer e quais iniciativas existem, e melhorar a capacidade de gestão da freguesia.

Para a criação desta ferramenta são necessários dois requisitos essenciais: que a comunidade reconheça a necessidade e as vantagens da construção do mapa cultural colaborativo, e que existam as condições mínimas para que a comunidade consiga aceder e participar na construção do mesmo (Lima e Ribeiro, 2008).

Os mapas culturais colaborativos podem ter diferentes representações e objetivos diferentes, podem apenas representar uma determinada área da cultura ou representar espaços culturais, património cultural ou até mesmo agentes culturais. Para este trabalho o objetivo é

criar uma ferramenta que torne possível a partilha de conhecimento e transmissão de valores que as pessoas retiram do património cultural.

O que irá ser analisado neste trabalho é o diagnóstico da implementação de um mapa cultural colaborativo na zona de Carnide-Luz.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

3.1. Estratégia metodológica

A estratégia metodológica utilizada para a realização deste trabalho, de base qualitativa, teve cinco vertentes: **Revisão de bibliografia** através da leitura de livros, dissertações e legislação internacional; **Análise de Contexto**, através de uma exploração bibliográfica e métodos quantitativos de pesquisa relativa a dados populacionais; pesquisa quantitativa através de **Inquéritos**; pesquisa qualitativa através de **Entrevistas**; e por fim a fase de **diagnóstico** da implementação do projeto.

3.1.1 Revisão da Bibliografia

O envolvimento das comunidades nos processos de gestão, tomada de decisão e preservação do património cultural é um tema que tem ganho uma grande dimensão de debate e ação, em concreto na esfera pública (Bonet e Négrier, 2018), com a Comissão Europeia, na nova Agenda para a Cultura (2018), a insistir, junto dos Estados Membros, na promoção da participação cultural enquanto um dos fatores potenciador dos objetivos delineados – diversidade, coesão social e bem estar (Dupin-Meynard e Villaroya, 2018).

No caso português, também se verifica a intensificação de processos culturais participados, que ao nível das políticas públicas (nacionais, regionais e locais), quer ao nível dos agentes e instituições culturais. A existência de dinâmicas assentes nas comunidades locais, em processos de co-criação (Costa, 2020), revela-se de especial interesse para este trabalho.

Se estes processos participativos - *the participatory turn* (Dupin-Meynard e Negrier, 2020), parecem acontecer no geral do setor cultural, no caso do património cultural, a aplicação de métodos de participação cultural apresenta dificuldades e inclusive uma distanciação de outros setores (Sokka, Badia, Kangas e Donato, 2021). Sendo este um tema contestado e que torna a discussão tensa entre os profissionais do património. Os estudos da gestão e da preservação do património cultural evoluíram bastante a nível académico e ao que diz respeito às ciências exatas. Por outro lado, o ramo das ciências sociais parece que, ao longo dos tempos, teve um papel secundário. O trabalho dos especialistas e a sua importância é determinante para a construção e manutenção do património cultural, mas e o papel das comunidades “não especializadas”?

Nesta fase exploratória, através de uma revisão da bibliografia procurou-se perceber o que tem sido escrito e debatido sobre a importância da participação das comunidades patrimoniais

nos processos de gestão e tomada de decisão do património cultural. Através desta questão de investigação, e após perceber a relevância da participação e colaboração entre comunidades de especialistas e comunidades de interesse, procurou-se entender como essa colaboração poderia tornar-se possível. Neste sentido, dentro da revisão bibliográfica, foi realizado um estudo sobre abordagens participativas e colaborativas existentes, procurando uma possível solução inovadora para incentivar a participação e colaboração das comunidades nos processos do património cultural. A escolha do estudo do diagnóstico do Mapa Cultural Colaborativo surge por ser um processo inovador e relativamente pouco explorado.

3.1.2. Análise de contexto

Depois de perceber as questões exploratórias e tendo como base a problemática da procura de uma abordagem inovadora que incentive a participação e colaboração entre uma comunidade e os seus órgãos administrativos, é necessário escolher um objeto de estudo onde o projeto poderia ser inserido.

Para a realização do diagnóstico de um projeto colaborativo inserido numa localidade, eram necessários alguns pontos chave:

- Ser uma localidade de fácil acesso para o autor do estudo;
- Ter alguma familiaridade com a localidade;
- A comunidade teria de querer um projeto desta natureza;
- Ter um núcleo histórico rico e interessante.

A localidade que melhor correspondia aos pontos anteriores seria a freguesia de Carnide, em Lisboa. Esta freguesia é uma freguesia que se orgulha pelos seus ideais de gestão participada e pelas diversas iniciativas que são realizadas onde existe uma cooperação com a comunidade local.

Carnide é também conhecida pelo seu núcleo histórico rico em património e memórias. Para a realização de um trabalho desta natureza, e tal como Cerezuela (2007) lembra, é necessária uma boa análise de contexto do caso de estudo. Com este fim, foi realizada uma análise histórica e social da freguesia, e ainda uma breve análise ao património da mesma. Nesta fase foi utilizada uma metodologia quantitativa através da análise dos Censos 2011 e dos Censos 2021 para perceber melhor os dados da população da freguesia.

3.1.3. Inquérito

A necessidade da elaboração de um inquérito surge para compreender qual a vontade da criação e participação num projeto cultural colaborativo por parte da comunidade da freguesia de Carnide. Serve o mesmo para perceber se a população considera importante a sua participação nos processos de gestão e valorização do património, e ainda perceber um pouco o que acham mais relevante na freguesia. A resposta a este inquérito teria de ser apenas para quem tivesse alguma relação com a freguesia, fosse natural, residente ou trabalhador na mesma.

O inquérito foi realizado *online* através do *Google Forms*. Esteve disponível três meses desde maio de 2022 até julho de 2022. A sua divulgação foi feita através de um grupo do Facebook com a designação “Carnide”. A divulgação foi realizada também pelo autor do trabalho através de diversos contactos com a população da freguesia.

O inquérito foi constituído por 9 perguntas. 8 perguntas sendo de resposta fechada e 1 de resposta aberta (Anexo A).

Foi possível obter 19 respostas válidas, sendo a maioria respostas de pessoas do sexo feminino.

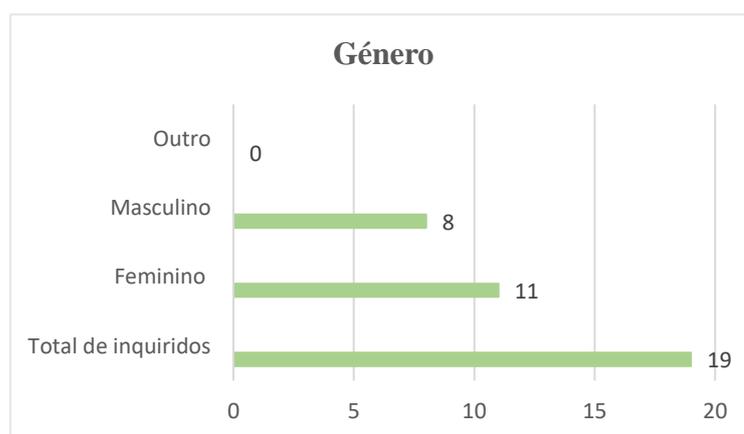


Figura 1. Género dos inquiridos

Relativamente às faixas etárias, com nove (9) respostas, a faixa etária dos 15 aos 24 foi a que mais aderiu ao questionário. Infelizmente, foram obtidas zero (0) respostas por pessoas com mais de 65 anos.

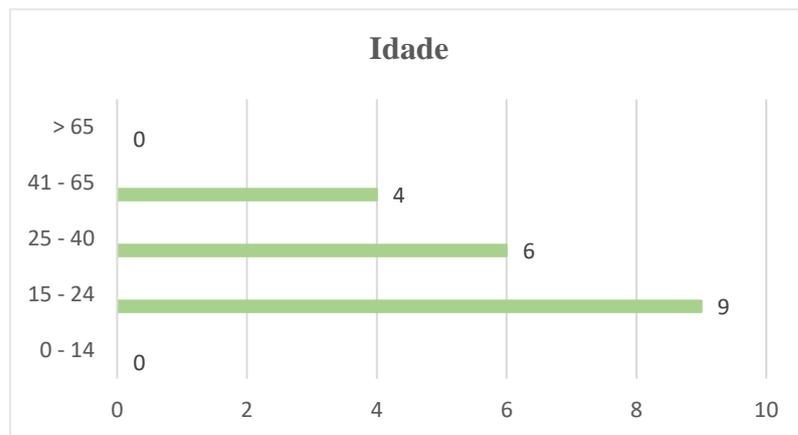


Figura 2. Idade dos inquiridos

Quando questionada qual ligação dos inquiridos com a freguesia, a maior parte das pessoas respondeu ser residente na freguesia e apenas três (3) são trabalhadores na mesma.

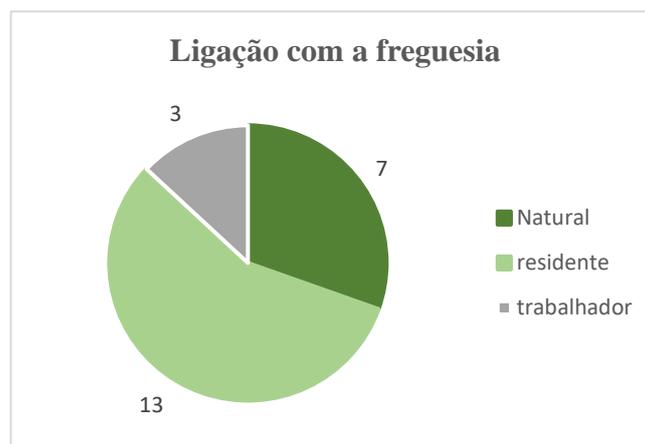


Figura 3. Ligação dos inquiridos com a freguesia de Carnide

Depois de perceber melhor os dados pessoais dos inquiridos, os mesmos foram questionados sobre a importância de estarem envolvidos na salvaguarda dos bens culturais da freguesia, ao qual 18 pessoas responderam que consideravam importante e um (1) respondeu que talvez considerasse.

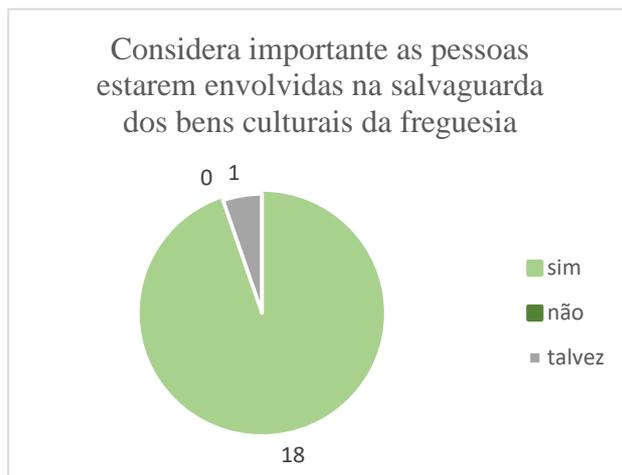


Figura 4. Respostas mostrando a importância do envolvimento das pessoas na salvaguarda dos bens culturais da freguesia

Quando questionados sobre se sabiam ou não o que é um Mapa Cultural Colaborativo, as respostas foram bastante dispersas e a maior parte dos inquiridos respondeu que não sabia o que era esta ferramenta, e apenas três (3) inquiridos dizem saber do que se trata.



Figura 5. Respostas mostrando se as pessoas sabem em que consiste um mapa cultural colaborativo

A última pergunta fechada, e umas das mais relevantes para a pesquisa, teve como objetivo perceber se a comunidade estaria disposta a colaborar num Mapa Cultural Colaborativo. Aqui não existiu nenhuma resposta negativa.

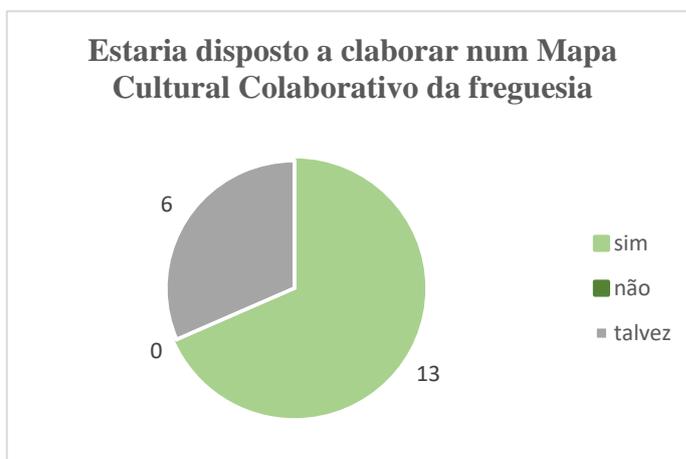


Figura 6. Respostas mostrando se as pessoas participarão num mapa cultural colaborativo

Na resposta aberta foi pedido que os inquiridos indicassem um bem que considerassem relevante na freguesia de Carnide. Obtiveram-se as seguintes respostas:

- Campo de Jogos (perto da Rua Eduardo Viana)
- Espaços Desportivos
- Centro histórico, quintas antigas, teatro de Carnide
- Clube e tradições
- Santuário da Nossa Senhora da Luz
- Toda a ação social que é realizada
- Coreto de
- Seminário Franciscano da Luz
- Feira da Luz
- Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide
- Parque da Luz
- Jardim da Luz
- A panificadora
- Colombo

3.1.4. Entrevistas

Com o mesmo objetivo da realização do inquérito de perceber o ponto de vista da comunidade, seria necessário perceber se as autoridades competentes da freguesia estariam dispostas a colaborar no projeto. Para isto, foram realizadas duas (2) entrevistas. As entrevistas tinham um guião estruturado (Anexo B) e foram todas realizadas *online* (Quadro 1).

Nome	Entidade	Cargo	Data
Ana Pestana	Junta de Freguesia de Carnide	Produtora e Programadora do Centro Cultural de Carnide	22/07/2022
Carlos Durão	Associação de moradores	Responsável pela Associação de Moradores do Bairro de Carnide e Quinta do Bom Nome	25/07/2022

Quadro 1. Lista de entrevistados

3.1.5. Diagnóstico do projeto

A última parte deste trabalho consistiu na realização de um plano estratégico para a criação e implementação do Mapa Cultural Colaborativo na zona de Carnide-Luz.

Esta parte do trabalho utilizou toda a informação dos capítulos anteriores para conseguir justificar a realização do projeto e a necessidade de implementação do mesmo. Foi ainda realizada uma análise *SWOT* de forma a perceber as possíveis ameaças e oportunidades que um projeto destes pode trazer para a comunidade.

Por fim, depois de justificar os objetivos e os possíveis perigos, foi realizada uma proposta de estrutura de funcionamento da ferramenta, com base noutros casos de estudo.

PARTE II

CAPÍTULO 4 – CARNIDE

4.1. Carnide, contextualização histórica

Carnide é umas das 24 freguesias do concelho de Lisboa (Figura 8), sendo uma das maiores e mais antigas da cidade, tanto em extensão como em densidade populacional (Fernandes, 2018: Junta de Freguesia de Carnide, s.d⁹). É uma freguesia com espaços de grande contraste, devido ao grande e rápido crescimento populacional, as construções foram realizadas sem grande programação e de uma maneira pouco uniforme (Junta de Freguesia de Carnide, s.d.). Na freguesia podem-se encontrar construções entre “o velho e o novo, o antigo e o moderno, o urbano e o rural” (Junta de Freguesia de Carnide, s.d.).

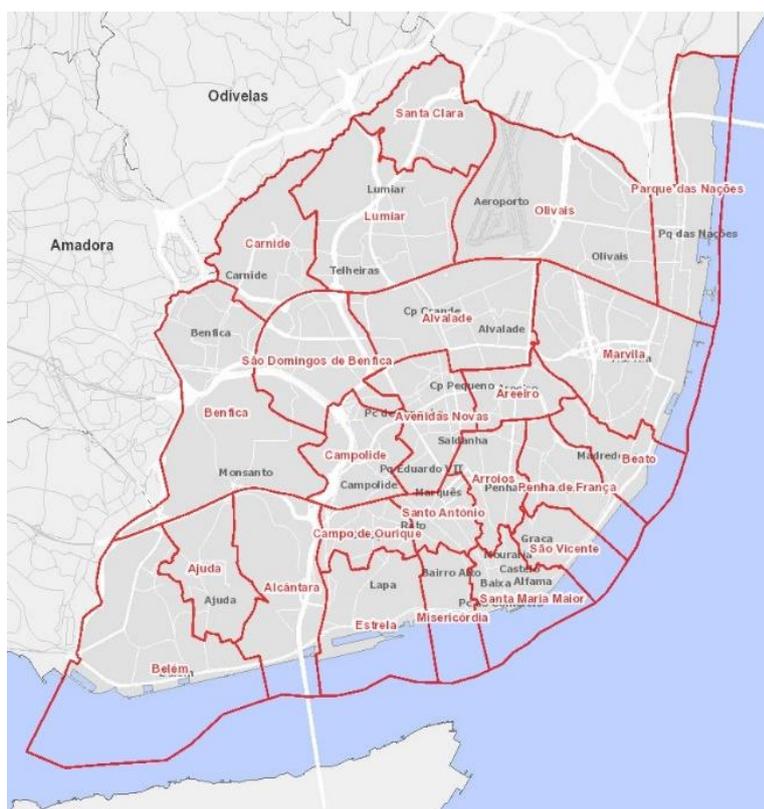


Figura 7. Representação dos limites oficiais (2012) das 24 freguesias do concelho de Lisboa. Fonte: site da Câmara Municipal de Lisboa SIGlisboa

⁹ <https://www.jf-carnide.pt/freguesia/a-freguesia/historia-e-curiosidades/>

Foi a partir do século I d.C. que o território de Carnide foi se organizando, com o aparecimento de explorações agrícolas sob a forma de vilas camponesas (Capelão, 2012: 30). Durante o domínio muçulmano, nos séculos VII e XII, intensificou-se a densidade populacional residente na zona, o que originou o desenvolvimento de hortas e pomares na região, passando a mesma a ser considerada como o “celeiro de Lisboa” (Capelão, 2012: 30). Era a partir de Carnide que saíam a maior parte dos produtos que alimentavam a cidade. Quando Lisboa foi conquistada, para além dos moradores existentes em Carnide, juntaram-se os mouros que foram expulsos da cidade, todos estes acontecimentos marcam a história e organização de Carnide, sendo estes terrenos agrícolas perceptíveis, atualmente, em alguns locais do território (Capelão, 2021: 30). O nome Carnide sustenta a antiguidade da região, surge do árabe “Carnite” e da palavra celta “carn” e sofreu ainda evolução no fim do século XII para Carnede (1187), Carnedi (1197,1220), Carnyde (1259), Carnide (1311) (Inácio, 2010: 1). O nome generalizou-se durante a Idade Média, e apenas em 1885 é que Carnide foi integrada no perímetro urbano de Lisboa (Junta de Freguesia de Carnide, 2012).

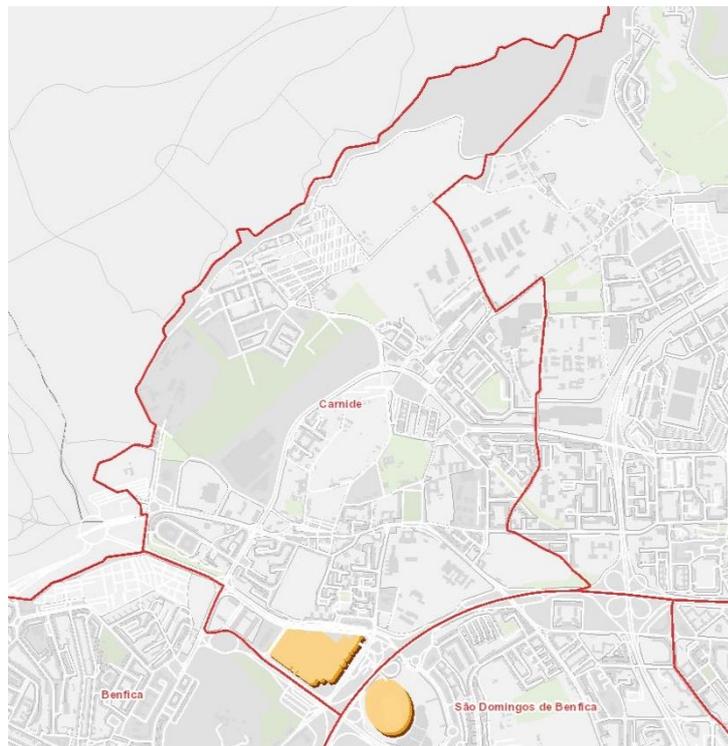


Figura 8. Representação dos limites oficiais (2012) da freguesia de Carnide através do site da Câmara Municipal de Lisboa SIGlisboa

A freguesia tornou-se ao longo dos anos uma mistura entre construções urbanas e modernas, coexistentes com um espaço rural, onde é possível contemplar largos campos

cultivados, quintas agrícolas, azinhagas, estradas antigas do século XIX, entre outras (Fernandes, 2018: 15). Segundo Fernandes (2018), a produção literária existente descreve a freguesia como um espaço que “nos matiza o olhar, permite-nos conhecer diversos níveis históricos, mistura uma cultura românica oitocentista e uma paisagem pitoresca com as novas urbanidades posteriores aos anos 70 e, ainda assim, as vivências e as práticas culturais constroem uma paisagem que transparece organicidade” (Fernandes, 2018: 15).

Carnide sofreu um grande aumento populacional na primeira metade do século XX, sendo que em 1900 registaram-se 1813 residentes, e em 2011 foram registadas 18.989 pessoas (Fernandes, 2018: 15). Apesar disto, o maior crescimento populacional deu-se entre 1960 e 1981, tendo triplicado o número de residentes (Fernandes, 2018: 15). Devido ao grande crescimento populacional, a população da freguesia é essencialmente jovem. Segundo o *site* oficial da junta de freguesia de Carnide as questões mais importantes relacionadas com os dados anteriores, são as questões nos domínios de planeamento, da habitação e da salvaguarda e valorização dos núcleos históricos, de maneira a conseguir “coerência num espaço disperso e cada vez mais desarticulado” (Junta de Freguesia de Carnide, 2012).

A freguesia é atualmente marcada por diversas sedimentações históricas e culturais, criando um perfil próprio da localidade no seu património e nas vivências sociais que se deseja preservar e valorizar: “marcada por sucessivas sedimentações históricas e culturais, a freguesia de Carnide tem um perfil próprio identificado no seu património e nas suas vivências sociais que interessa preservar e valorizar, na medida em que eles podem estruturar e referenciar a própria dimensão da imagem urbana e da vida contemporânea” (Junta de Freguesia de Carnide, 2012). Segundo Fernandes (2018) pode-se caracterizar a freguesia de Carnide por ser uma forte riqueza histórica dentro da cidade, onde é possível encontrar: conventos do século XVII; vestígios de ocupação romana e árabe; o comércio tradicional; diversas coletividades; espaços de lazer; agricultores; artífices; locais de concentração social e política; espaços dedicados à dinamização social e cultural. O património edificado da zona de Carnide encontra-se disperso também pelas antigas quintas e edificações agrícolas, sendo que muitas já se viram ameaçadas, ou até mesmo destruídas, pelos processos de urbanização recentes e “em muitos casos, só a toponímia antiga prevalece, perpetuando e evocando memórias históricas” (Junta de Freguesia de Carnide, 2012).

No que diz respeito aos modelos de gestão da freguesia, Carnide rege-se pelo modelo de gestão participada, vendo a mesma como uma marca da freguesia (Junta de Freguesia de Carnide, 2012).

“A Junta de Freguesia pretende, através destes processos e projectos aproximar cada vez mais os eleitos e eleitores, promover a participação activa dos carnidenses nos processos de planeamento e gestão, para que, com todos, possa gerir os recursos públicos de forma mais ajustada às necessidades da população e construir um futuro melhor. Não se procura diminuir a responsabilidade dos órgãos políticos eleitos democraticamente, mas permitir que todas as pessoas se possam pronunciar sobre as prioridades para a sua Freguesia. A Gestão Participada é uma marca de Carnide que se traduz em vários grupos, projectos e acções” (Junta de Freguesia de Carnide, s.d.).

Paula Granja, na altura responsável pelo pelouro da cultura na junta de freguesia de Carnide, numa entrevista realizada por Pedro Fernandes (no âmbito da sua dissertação de mestrado em 2018), garante que é muito importante envolver a comunidade nos projetos da freguesia porque, enquanto autarquia, só faz sentido trabalhar assim (Fernandes, 2018: 241). Ana Pestana do Centro Cultural de Carnide, através de uma entrevista afirma que a junta de freguesia de Carnide valoriza e celebra a cultura nacional e a tradição com a celebração de diversos eventos e atividades. Ana Pestana garante ainda que a envolvência da comunidade e das associações torna possível o sucesso dessas iniciativas e eventos. A Junta orgulha-se de trabalhar no terreno e ao lado das pessoas, seguindo o seu lema – “JUNTOS CONSTRUÍMOS MAIS E MELHOR CARNIDE”, sendo esta uma missão que a junta e a população tentam cumprir em colaboração para identificar os problemas e, juntos, criarem uma solução.

4.2. Património

Carnide é uma freguesia com muita história e um local muito antigo tal como referem as Inquirições de D. Afonso III: “O logar de Carnide é muito antigo, existia já povoado e cultivado no meado do século XIII” (Inácio, 2010: 2). Carnide constitui assim um núcleo urbano que expressa e guarda bastante antiguidade.

O património do território da atual freguesia pode ser apreciado pelo que resta das antigas construções e tradições, contudo, muito do património edificado, os equipamentos agrícolas e muitos equipamentos artísticos desapareceram devido ao processo de urbanização cada vez mais ameaçador para estas construções, resultando na substituição perda do ambiente tradicional do território. Carnide foi alterando ao longo dos séculos a sua função principal, passando de função agrícola, a religiosa, a artesanal, a pequeno comércio, a militar, a industrial e, atualmente, a sua função predominante é a habitação. Estas constantes mudanças deixaram vestígios, ainda hoje visível, na freguesia: “Distingue-se pela sua autonomia em relação ao

centro de Lisboa, esta através das suas categorias patrimoniais, monumental/erudita, urbana e rural” (Prior, 2016). A área que integra o núcleo antigo de Carnide-Luz encontra-se em vias de classificação como imóvel de interesse público, desde 1976 (Despacho de 07 outubro de 1976). Esta área encontra-se limitada a Este pelo Colégio Militar, a Oeste pela Igreja de São Lourenço, a Norte pelo Convento de Santa Teresa e a Sul pelo Palácio do Conde de Carnide¹⁰,

Quando Carnide fez parte do concelho de Belém (1840/85), ergueram-se dois chafarizes públicos sendo um destes o Chafariz do Malvar que na coluna central tem a inscrição “Câmara Municipal de Belém 1857”¹¹. Foi ainda mandando edificar o Jardim da Luz, ou o **Largo da Luz**. O largo é circundado por edifícios com grande importância e com grande valor histórico e patrimonial: o **Convento de São João da Cruz**, a igreja e o **convento de Nossa Senhora da Luz**, o hospital de Nossa Senhora da Luz, onde é atualmente o **Colégio militar**, o **Seminário Franciscano**. Neste largo ainda acontece, desde o século XIX, a **Feira da Luz**. A feira da Luz está ligada à romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Luz, esta realiza-se em setembro desde o século XV. Inicialmente dedicada a corresponder em função da romaria, existia comes e bebes, vendedores de medalhas, registo de santos e outros objetos religiosos. Mais tarde, para corresponder às necessidades de consumo de uma zona rural, era costume existir vendedores de fruta, legumes, negociadores de gado, etc. Em 1881 foi estipulado que a feira passasse a ter cinco dias em vez de três. Atualmente a feira da Luz é organizada pela Junta de Freguesia de Carnide.

Entre os edifícios mais notáveis encontra-se a **igreja de S. Lourenço**, fundada em 1321 e reconstruída em 1342 a mando de D. João Afonso de Brito, tendo sido elevada à condição de igreja paroquial. A igreja encerrou em 1913 e, a sede da paróquia passou para a Igreja da Nossa Senhora da Luz. Atualmente este espaço integra o Centro Paroquial de Carnide. A igreja, embora não esteja classificada individualmente, está integrada na zona de proteção abrangida pela Zona Antiga de Carnide-Luz¹².

Mais recentemente, foi construída a **Casa do Artista**. Com a ideia de construir uma casa de repouso para artistas, em 1983 a Câmara Municipal de Lisboa cede um terreno na quinta de São Lourenço, esta é inaugurada em 1999.

A Igreja da Nossa Senhora da Luz é um dos testemunhos mais importantes da arquitetura maneirista em Portugal. Foi mandada construir na segunda metade do século XVI, no local da antiga ermida. Com a extinção das ordens religiosas em 1834, o convento passou para o Estado

¹⁰ http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6114

¹¹ Projeto E-Carnide - <https://ecarnide.hypotheses.org/chafariz-do-malvar>

¹² http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5029

e foi transformado num quartel de Cavalaria¹³. Atualmente a sepultura da Infanta D. Maria, que se encontra dentro desta igreja, bem como a Capela-Mor da mesma, estão classificados como Monumento Nacional¹⁴. Encontra-se incluída na Zona Antiga de Carnide-Luz.¹⁵

O **Colégio Militar** encontra-se na zona antiga de Carnide-Luz e por isso incluído na sua zona de proteção. Este edifício é o antigo Hospital da Luz, espaço arquitetónico de natureza assistencial e de saúde, inaugurado em 1618, sob a ordem de Cristo. Depois do terramoto de 1755 o hospital passou por diversas dificuldades e em 1814 encerra. Em 1835 o real colégio militar ocupa o edifício, instalando-se permanentemente em 1873¹⁶.

O **Convento de Santa Teresa de Jesus**, foi fundado em 1642, pela princesa Micaela. Com a extinção do convento no século XIX, o edifício sofreu alterações sendo atualmente um lar para a terceira idade. Atualmente está classificado como Monumento de Interesse Público e Incluído na Zona Antiga de Carnide-Luz¹⁷. O **Convento de São João da Cruz**, foi fundado em 1681, por iniciativa de D. Maria com o objetivo de assegurar assistência religiosa ao Convento de Santa Teresa de Jesus. Este encontra-se na abrangido na Zona Antiga de Carnide.

Um dos pontos mais icónicos da freguesia é o **Coreto de Carnide**. Entre 1896 e 1929, no antigo largo do alto do poço, nos meses de primavera e verão existia uma estrutura temporária que funcionava como coreto onde tocava a filarmónica e se organizavam festas. Em 1929 foi inaugurado o atual coreto para as festas de Carnide.

Através do inquérito (Anexo B) realizado à população de Carnide, foi pedido que designassem um bem cultural que considerassem relevante, tornando possível perceber que para além dos espaços acima mencionados, a população valoriza outros espaços e ações, tais como: a panificadora de Carnide, os espaços desportivos, o teatro de Carnide, a feira da Luz, as tradições e ainda foi mencionada “toda a ação social que é realizada”. Através de algumas respostas percebe-se que património é muito mais do que algo construído e antigo.

4.3. Contextualização sociocultural de Carnide

Como anteriormente referido a freguesia de Carnide sofreu um grande aumento populacional ao longo dos anos, sendo atualmente uma população maioritariamente jovem. Para fundamentar

¹³ <https://ecarnide.hypotheses.org/patrimonio/igreja-de-nossa-senhora-da-luz>.

¹⁴ A sepultura da Infanta D. Maria, filho do Rei D. Manuel I, foi classificada em 1910 (Decreto de 16 de junho de 1910) e a capela-mor em 1923 (Decreto n.º 8 627, *DG*, 1.ª série, n.º 27 de 08 fevereiro de 1923).

¹⁵ http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5029

¹⁶ <https://ecarnide.hypotheses.org/colégio-militar-antigo-hospital-da-luz>.

¹⁷ http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5151

esta informação, nesta parte do trabalho irá ser realizada uma análise aos dados populacionais da freguesia, utilizando como fonte os Censos de 2011 e de 2021 e o Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016.

Segundo o artigo “Diagnóstico Social de Lisboa”, a delimitação das freguesias, devido à nova Reforma Administrativa em vigor, permitiu uma distribuição da população de Lisboa mais equilibrada. Contudo, devido a dois grandes projetos urbanísticos desenvolvidos na cidade de Lisboa, Carnide foi uma das freguesias que sofreu de novo um aumento demográfico significativo.

Em 2011 foram registadas 19 140 pessoas residentes na freguesia, existindo 7 614 famílias, tendo em 2021 sido registadas 18 029 pessoas e 7 444 agregados, o que aponta para uma queda de menos 6,2% de residentes na freguesia. Carnide tem também menos 2,6% de agregados e menos 3,2% de alojamentos. A população de Carnide diminuiu e a nível de géneros tem atualmente menos 7,1% de homens que tinha em 2011 e menos 5,4% de mulheres que tinha em 2011.

Sendo das freguesias com a população mais jovem em Lisboa, Carnide apresentava, em 2011, um Índice de Dependência de Jovens de 22,3, estando apenas atrás das freguesias de Parque das Nações (29,0), Santa Clara (27,4), Belém (24,6), Lumiar (23,3) e Estrela (22,5), Carnide em 2011 apresentava um Índice de Envelhecimento relativamente baixo de 111,1, encontrando-se apenas à frente de Lumiar (96,1), Santa Clara (77,8) e Parque das Nações (49,5). Com os Censos de 2021, foi possível constatar que o mesmo já não acontece, e Carnide deixou de ser a quarta freguesia do concelho de Lisboa com menos população idosa, para ser agora a décima segunda (Figura 10).

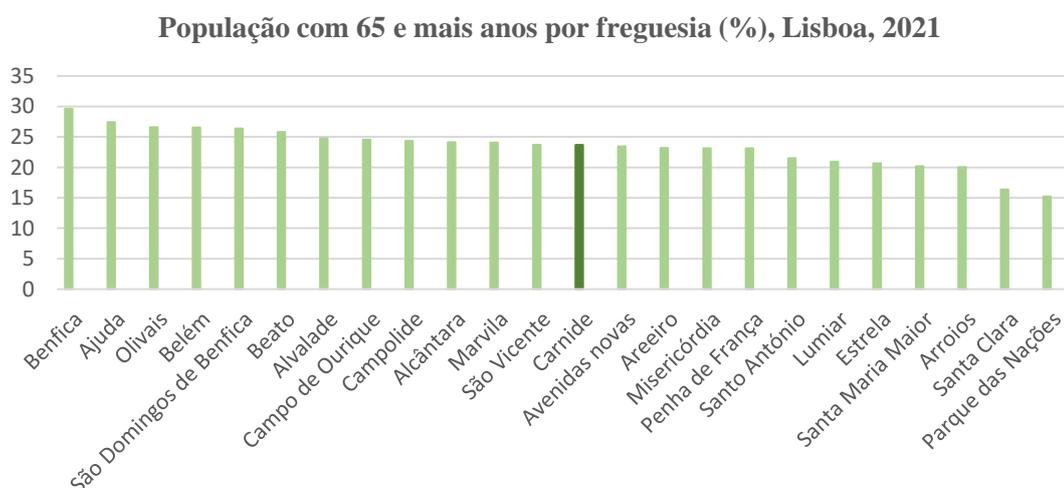


Figura 9. População com 65 e mais anos por freguesia. Fonte: INE, I.P., Censos 2021/CML (resultados provisórios).

Ao nível da escolaridade, a maior diferença registou-se com a subida considerável do número de pessoas com curso superior, que passou de 5 469 para 6 346. Carnide em 2021 registou 2 311 pessoas sem qualquer nível de ensino, no entanto 2 967 pessoas registaram o ter completado o ensino secundário e pós-secundário.

Relativamente à população sem-abrigo, a 14 de maio de 2015 existiam apenas sete pessoas a viver nestas condições dentro da freguesia.

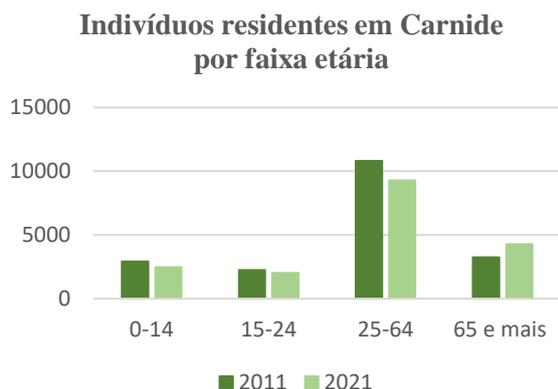


Figura 10. Indivíduos residentes em Carnide por faixa etária. Gráfico adaptados da fonte: censos 2021 (resultados provisórios)

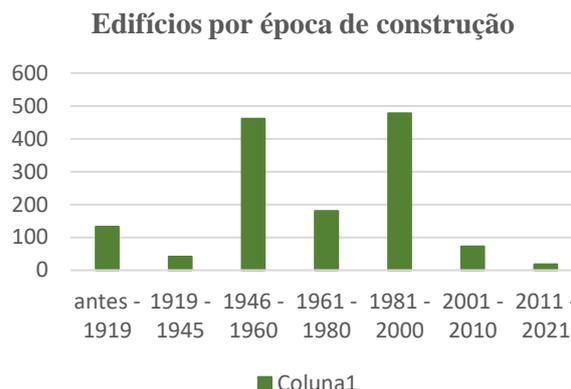


Figura 11. Edifícios por época de construção Gráfico adaptados da fonte: censos 2021 (resultados provisórios)

Fazendo uma comparação entre os dados dos Censos de 2011 e de 2021, verifica-se que a população de Carnide é agora, uma população mais envelhecida, sendo que o grupo etário que teve um maior crescimento a nível quantitativo foi o grupo etário dos 65 ou mais, que aumentou cerca de 31,8% em relação a 2011 (Figura 11). No entanto, apesar de ter diminuído, o grupo etário predominante na freguesia é dos 24-65 anos tendo, atualmente, 8 282 residentes com estas idades, o que corresponde a 51,48% da população residente.

Ao nível das construções e edifícios, existiu uma queda de menos 20,1% e é pode-se afirmar que predominam as construções mais antigas às novas como é possível constatar na Figura 12.

4.4. Relevância do projeto

Foi escolhida a freguesia de Carnide-Luz como caso de estudo para a possível implementação de um mapa cultural colaborativo e nesta parte vão ser explicadas as razões que levaram à escolha desta freguesia.

Carnide, tal como anteriormente referido, é uma freguesia marcada por diversas sedimentações históricas e culturais, o que origina um perfil local único e próprio, com um

património que, é cada vez mais, urgente preservar e valorizar. Esta urgência surge como consequência dos diversos aumentos populacionais que a freguesia sofreu ao longo dos anos, o que obrigou que existisse um aumento de construções habitacionais. Estas construções exigem que exista espaço para serem realizadas, o que pode comprometer a permanência de muitos locais de grande valor sentimental, histórico e artístico para as pessoas que lá vivem. É fácil dizer que tudo o que se encontra abrangido pela zona de proteção da Zona Antiga de Carnide não irá ser comprometido, no entanto, património são as memórias das pessoas que viveram e vivem na freguesia, e muitas dessas memórias podem não ser de locais óbvios ou de construções/locais que as entidades profissionais acham que merecem prevalecer em prol de outras construções/locais.

Serve este trabalho para perceber a importância de estudar o que as pessoas valorizam na freguesia, serve ainda para perceber como será possível, em colaboração, preservar e contar histórias que enriquecem a freguesia.

Um projeto destes teria de ser implementado numa freguesia que estivesse disposta a colaborar e a trabalhar em conjunto, não só entre si, mas com as entidades competentes e com quem governa. A Junta de Freguesia de Carnide, através de diversos projetos de gestão participada, tem tido como objetivo aproximar todas as pessoas da comunidade e promove uma participação ativa nos processos de planeamento e gestão¹⁸. Este dado é importante pois mostra que as pessoas que vivem na freguesia estão familiarizadas com diversos processos de colaboração, tendo assim boas hipóteses de se conseguir implementar o projeto nesta comunidade. Para além destas razões, Carnide é um local rico em património, história e memórias que merecem ser partilhadas e valorizadas.

Uma das maiores barreiras para a criação de um projeto colaborativo surge quando existe apenas uma parte interessada na construção do mesmo. Quando apenas os profissionais desejam que se dê início a um projeto, a comunidade não terá interesse em participar. Quando apenas a comunidade deseja construir um projeto, os profissionais não terão iniciativa para colaborar. Para isto é essencial perceber se ambas as partes têm interesse em colaborar neste projeto.

Através da realização de um inquérito foi possível constatar que de dezassete inquiridos, dezasseis consideram importante estar envolvidos na salvaguarda dos bens culturais e um considerou que talvez seja importante. Quando questionados sobre a possível colaboração num Mapa Cultural Colaborativo na freguesia, zero pessoas responderam negativamente. Através da realização de entrevistas, é possível afirmar que a junta de freguesia de Carnide teria interesse

¹⁸ <https://www.jf-carnide.pt/para-a-populacao/gestao-participada/descricao/>

em participar um projeto colaborativo vendo apenas como limites às abordagens colaborativas as leis e os recursos. Já Carlos Durão, numa entrevista afirma que uma das problemáticas num projeto colaborativo é o tempo que as famílias e pessoas têm de disponibilizar para participar nos mesmos¹⁹.

Com este projeto é preciso ter em conta também os desafios tecnológicos. É preciso perceber ainda qual a capacidade de participação num projeto digital por parte da comunidade local. Não sendo possível analisar só a freguesia de Carnide, em 2021, na área Metropolitana de Lisboa 90,1% dos agregados domésticos tinha computador e acesso à internet em casa²⁰.

4.4.1. Projetos semelhantes em Lisboa e na freguesia

A EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural) criou um mapa cultural da região de Lisboa onde é possível encontrar a localização de: monumentos, museus, galerias, teatros e cinemas. O mapa (Figura 13) é constituído por indicadores coloridos cujas diferentes cores indicam as diferentes tipologias de património.



Figura 12. Mapa cultural de Lisboa - Cultura em Lisboa. Fonte: EGEAC

Na freguesia de Carnide existem duas ferramentas geográficas de mapeamento cultural com o intuito de informar e consultar o património da freguesia: um mapa no site da junta de

¹⁹ Entrevista a Carlos Durão em 25/07/2022

²⁰ <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

freguesia de Carnide (figura 14), e um mapa que surge no âmbito de um projeto universitário com o objetivo de servir como inventário (Figura 15).



Figura 13. Mapa Cultural de Carnide. Fonte: jf-carnide.pt

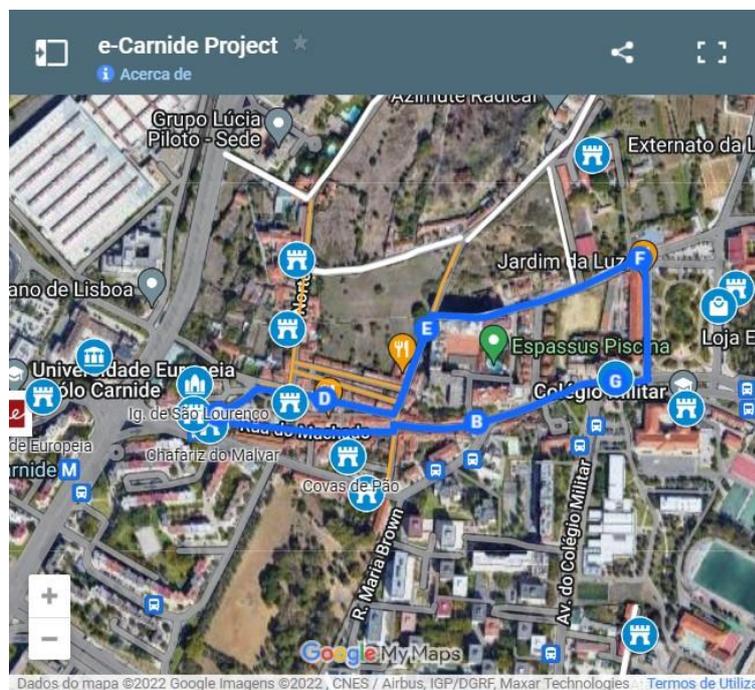


Figura 14. Mapa Cultural de Carnide. Fonte: Projeto E-Carnide

A ideia do projeto de um mapa cultural colaborativo trona-se relevante mesmo existindo estas duas ferramentas pois o conteúdo que o mesmo irá apresentar vai para além do que o administrador coloca. Esta nova ferramenta deve ser criada em conjunto entre quem administra e quem usufrui do património e do património construído e indústrias criativas. O que diferencia esta ferramenta da maioria é o facto de ser construída em função dos valores e desejos da comunidade. Esta permite não só a recolha de informação como também a partilha da mesma.

A junta de freguesia de Carnide é parceira de várias associações em diversos projetos culturais e trabalha muito o associativismo local²¹. Este associativismo local segue o modelo de gestão participada onde são organizados conselhos territoriais, grupos temáticos e projetos de maneira a conseguir promover uma participação ativa dos cidadãos. Exemplo da gestão participada são os conselhos territoriais que tem como objetivo reunir mensalmente grupos comunitários incentivando a participação de qualquer pessoa.

Apesar da mesma trabalhar bastante com a comunidade local e, deste modo, muitas vezes facilitar a comunicação, o Mapa Cultural Colaborativo seria uma maneira de aplicar estes ideais de uma formas inovadora e eficaz.

4.4.2. Limites

A ideia principal do projeto é que o mesmo seja construído por todos os cidadãos que desejem participar na sua elaboração. Deste modo, toda a gente deve consegui colocar conteúdo que ache relevante e que deseje partilhar. Como toda a gente pode colocar o conteúdo que desejar no mapa, deve existir uma mediação desse conteúdo. Esta mediação deve existir de forma a confirmar que o conteúdo que é colocado no mapa existe realmente e se o mesmo se encontra no local correto a nível geográfico. Esta mediação serve para confirmar a veracidade da informação não querendo estra a partilhar e a recolher informações incorretas.

A mediação do conteúdo colocado deve ser feita pelo líder ou líderes do projeto. Enquanto o conteúdo não tiver aprovação do gestor do projeto, este conteúdo irá aparecer diferenciado do que já tiver sido confirmado, como irá ser visto mais à frente no trabalho. A liderança deste projeto deve ser assumida por alguém responsável pelo pelouro cultural da freguesia, sendo este projeto uma mais-valia se aplicado na mesma. Dependendo da aderência das pessoas, a liderança do projeto poderá ficar encarregue apenas por uma pessoa, sendo que a confirmação e mediação de conteúdo poderá ser uma tarefa exigente pois a informação deverá ser atualizada com a maior brevidade possível. Esta mediação de conteúdo deverá exigir tempo e recursos de

²¹ Entrevista a Ana Pestana em 22/07/2022

deslocação o que apenas poderá ser justificado pela popularidade (ou não) do projeto. Tudo isto poderá ser encarado como limites ou dificuldades na construção do projeto e deverão ser tidas em conta.

Como grande limite à colaboração nesta abordagem existe o fator tecnológico. As tecnologias trazem inúmeras vantagens para a partilha e recolha de informações, histórias e valores. no entanto, isto só acontece se quem quiser colaborar souber como o fazer. Saber funcionar com esta tecnologia é crucial para a bom funcionamento e popularidade deste projeto. Poderá ser uma ideia, em colaboração com as associações de moradores, existir uma explicação, nas reuniões e grupos comunitários, de como contribuir na construção do mapa. Desta forma não se estaria apenas a contribuir para a construção desta ferramenta, mas estar-se-ia a criar novas colaborações e a incentivar o diálogo entre as pessoas.

Ainda por ser um projeto tecnológico, a sua utilização exige acesso à internet, o que pode não ser possível para toda a população. Como solução poderá ser possível utilizar espaços que disponibilizem o acesso gratuito à internet. Como exemplo existe o projeto da Caravana da Cidadania, incluída nas ideias de gestão participada da junta de freguesia de Carnide, que disponibiliza o acesso gratuito à internet no “Espaço Net”²².

²² <https://www.jf-carnide.pt/para-a-populacao/gestao-participada/caravana-da-cidadania/>

CAPÍTULO 5 – CASOS DE ESTUDO

5.1. Casos de estudo de estratégias colaborativas: Mapas

Existem diversas tipologias de abordagens colaborativas e mapas colaborativos. Para perceber melhor como estes têm sido construídos, e ainda para servir de inspiração para a construção de uma ferramenta similar, neste capítulo são brevemente analisados dois casos de estudo de mapas colaborativos: o Mapa Cultural do Ceará (Brasil), e o Mapa Colaborativo de Chaminés Industriais em Alvenaria de Tijolo (Portugal). Aqui procura-se perceber como os mesmos funcionam e quais os seus objetivos.

5.1.1. Mapa Cultural colaborativo do Ceará (Brasil)

O Mapa Cultural do Ceará (Brasil) é uma plataforma de comunicação, colaborativa e interativa de mapeamento do cenário cultural cearense. Este é um instrumento de governança participativa e digital com o objetivo de melhorar a gestão pública, das ferramentas de participação e da democratização do acesso às políticas culturais do Estado do Ceará²³.

Este mapa cultural permite consultar os eventos culturais, os agentes culturais, os espaços culturais, e ainda, os projetos culturais. Este Mapa Cultural é mais que uma plataforma de consulta, é uma plataforma que torna a colaboração possível. Para isto, basta criar um perfil de agente cultural e esta plataforma passa a ser também uma forma de participar e divulgar os seus projetos.

A plataforma permite consultar quantos eventos existem agendados e qual área de atuação tais como: artes circenses, artes integradas, artes visuais, audiovisual, cinema, cultura digital, cultura tradicional, curso ou oficina, dança, exposição, *hip-hop*, livro e literatura, música erudita música popular, palestras, rádio, teatro, outros. Para além disto, se o utilizador estiver inscrito o mesmo poderá divulgar os seus eventos sem custos.

²³ Ceará, M. C. do. (n.d.). *Mapa Cultural do Ceará*. Mapa Cultural Do Ceará., consultado a maio, 20, 2021, disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/>

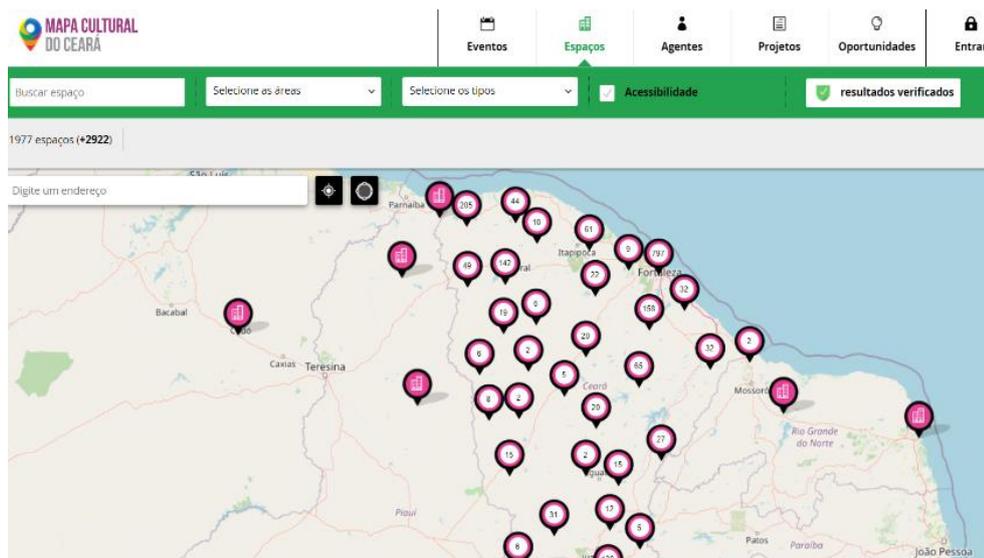


Figura 15. Mapa Cultural do Ceará. Fonte: site oficial do mapa.

O mapa permite também fazer pesquisa por espaços culturais, tanto pela sua área de atuação, como pela sua tipologia. É possível procurar por espaços de: antropologia, arqueologia, arquitetura, arquivo, arte digital, arte de rua, artes visuais, artes integradas, artesanato, audiovisual, cinema, etc. Para pesquisar basta clicar na área que desejamos procurar e automaticamente irá aparecer um mapa com todos os locais que estamos a procurar, como mostra o exemplo das Figuras 12. Esta plataforma possibilita também a procura por projetos culturais, sendo possível encontrar as categorias de: festival encontro, sarau, reunião, convecção, programa, edital, festa religiosa, congresso, etc. O benefício de a plataforma ser colaborativa é que é possível também cada pessoa divulgar os seus projetos.

Colaborando com o mapa está-se a colaborar na gestão da cultura com as suas próprias informações tornando-se um “agente cultural”.

Quanto ao funcionamento da plataforma, basta aceder ao site do mapa, <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/> e pesquisar pelo que se está a procurar (por exemplo: bibliotecas).

5.1.2. Mapa colaborativo para preservar chaminés industriais em alvenaria de tijolo

Este mapa foi um projeto criado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Neste projeto foram realizadas algumas iniciativas de ciência cidadã de forma a integrar as pessoas interessadas e promover a participação num projeto do seu interesse (Cardoso, 2017: 21). Uma destas iniciativas foi a criação de um mapa colaborativo, que permitiu que as pessoas interessadas indicassem a localização de antigas chaminés e partilhassem informações sobre a

indústria e a fábrica a que pertenciam. Desta forma torna-se possível reunir informações distintas que se podem complementar (Cardoso, 2017: 21). O mapa colaborativo tem um suporte digital virtual, que permite a visualização dos objetos²⁴.

O objetivo deste mapa é divulgar e recolher informação sobre as chaminés industriais construídas em alvenaria de tijolo, no território português. A escolha deste tema de análise surgiu com o objetivo da preservação das mesmas, sendo estas “um marco na paisagem onde inserem, tanto pela sua singularidade arquitetónica, como pelo emblemático passado relacionado com a atividade industrial que representam” (Cardoso, 2017).

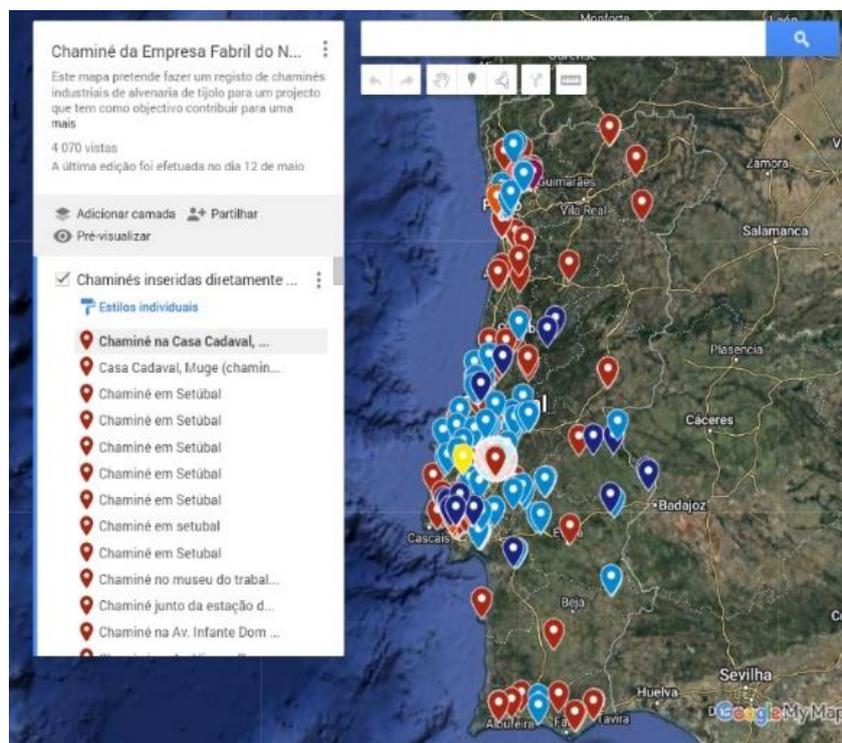


Figura 16. Mapa de chaminés industriais em alvenaria de tijolo. Fonte: site oficial do mapa

O mapa da figura 14 tem como objetivo ser “alimentado” com informações, comentários, fotografias e histórias de forma a conseguir uma valorização e conservação desta tipologia de património industrial.

Para ajudar na partilha de informação foi criada um grupo na rede social Facebook: “Património Industrial. Chaminés de Alvenaria de Tijolo”²⁵. Este grupo foi essencial para a recolha de informações, histórias, fotografias.

²⁴https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1534LxH_hd_2uGe1nN_q6HNIB7oo&ll=39.46343946381664%2C-8.283398353124992&z=6

²⁵ <https://www.facebook.com/groups/1679654645698479>

A organização desta plataforma tem em consideração que as localizações obtidas podem vir de três fontes distintas e são indicadas através de um esquema cromático: 1- A azul-claro são as localizações que são inseridas no mapa pelos utilizadores, indicadas como “inseridas diretamente no mapa”. Dentro desta categoria existe uma indicação a vermelho que indica que as localizações foram confirmadas pelo autor e que foram colocadas no inventário; 2- A azul-escuro são as localizações que são partilhadas no grupo do Facebook e posteriormente são colocadas pelo autor do mapa, estas estão indicadas como “chaminés encontradas através do Facebook”; 3- A laranja são as localizações colocadas através de pesquisa bibliográfica ou levantamento *in situ*, indicadas “chaminés encontradas através de pesquisa. Estas indicações são realizadas num esquema cromático.

Tanto a plataforma do mapa colaborativo como o grupo de Facebook tiveram bastante aderência por parte dos cidadãos que mostraram uma crescente preocupação da valorização deste património. Atualmente, em 2022, tanto o mapa como o Facebook continuam ativos e com bastante adesão.

PARTE III

CAPÍTULO 6 – PLANO ESTRATÉGICO

6.1. Justificação do mapa

Nesta fase do trabalho vai-se tentar responder a algumas perguntas-chave²⁶:

- Quais os principais prolemas que o projeto tenta resolver;
- Quais as potencialidades e oportunidades na execução deste projeto;
- Qual a importância e objetivo do projeto;
- Qual a proposta e a sua possível estrutura;
- Que tem este projeto de inovador e o que o diferencia de outros projetos.

Para ajudar a responder a estas questões o capítulo será dividido em três subcapítulos. O primeiro consiste na realização de uma análise SWOT. Em seguida no subcapítulo dos objetivos, é pretendido descrever onde este projeto irá diferenciar-se de outros semelhantes e definir a importância da criação do mapa e quais os maiores objetivos que este deseja ver cumpridos. Na última parte deste capítulo é proposta uma estrutura para o projeto.

6.1.1. Análise SWOT

A análise SWOT é uma ferramenta de análise utilizada para que se entenda uma organização, ou processos de decisão, de diversos negócios ou projetos a nível cooperativo ou pessoal. Esta ferramenta é frequentemente usada como parte de um planeamento estratégico que ajuda a perceber os pontos Fortes, Oportunidades, pontos Fracos e Ameaças (Horfrichter, 2021). Esta é também conhecida como análise FOFA. Existem diversas maneiras de representar esta análise graficamente em matriz ou grade de análise (Horfrichter, 2021).

Neste trabalho utilizou-se o modelo da Matriz SWOT com o objetivo de perceber: as vantagens e desvantagens da criação de um projeto colaborativo como o mapa cultural colaborativo em Carnide; em que aspetos um projeto desta tipologia é melhor que outros similares; que oportunidades o mesmo trará e para quem; quais as maiores fraquezas e o que pode ser melhorado; que obstáculos enfrenta, etc.

²⁶ <https://capta.org.br/estrutura-do-projeto/justificativa/>

<i>Strengths / Forças</i>	<i>Weakenesses / Fraquezas</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de património em risco na freguesia; • Construção de novos patrimónios; • Conhecimento sobre a freguesia; • Aumento do acesso à cultura; • Informação atualizada e em tempo real • Partilha de histórias e valores; • Possibilidade de produtos culturais derivados; • Possibilidade de uma experiência participativa em várias fases; • Diálogo inter-geracional; • Mediação como promotora de conhecimento e qualificação 	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramenta digital / possível falta de acesso a internet e computadores; • Iliteracia digital dos utilizadores; • Sobreposição com projetos considerados semelhantes; • Tempo que é necessário despende; • Mediação como cerceadora dos contributos; • Excessiva semelhança com inventários e agendas culturais.
<i>Opportunities / Oportunidades</i>	<i>Threats / Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Predisposição dos órgãos de governação local; • Existência de um histórico de processos participativos na freguesia; • Interesse da comunidade em aderir a processos participativos; • Colocar Carnide na vanguarda das novas práticas patrimoniais; • Reforço da atração da freguesia (novos residentes e turistas); • Boa-prática 	<ul style="list-style-type: none"> • Saturação da oferta “participativa”; • Sentimento de que “a nossa opinião não é tida em conta” • Desajuste entre investimento necessário e resultados; • Inexistência de entendimento entre todos os participantes; • Facilmente dependente de mediadores, desvirtuando a lógica participativa

Quadro 2. Análise SWOT

6.2. Objetivos

Como analisado no primeiro capítulo do presente trabalho, existe uma necessidade reconhecer que todas as pessoas têm o direito de participar no património cultural. É urgente perceber a importância de envolver as pessoas e comunidades nos processos de gestão do património cultural. O envolvimento das pessoas e dos valores que lhe lhes são inerentes trazem diversos benefícios ao discurso do património cultural. Diversos estudos identificam diversos benefícios do estudo dos valores patrimoniais na gestão, conservação e preservação do património, e diversos autores propõem a criação de novas abordagens ao património cultural. A integração de uma nova abordagem deve envolver as pessoas e permitir que as mesmas participem no património. É por isso proposto uma abordagem onde exista uma interação das comunidades nos processos de gestão, fomentando uma relação com quem administra.

O objetivo do mapa cultural colaborativo de Carnide é criar uma abordagem inovadora que incentive a participação das pessoas no património cultural. Esta nova abordagem tem como objetivo criar relacionamentos: relacionamento da comunidade com o seu património e relacionamento entre a comunidade e quem a governa. Como anteriormente explicado, existem cinco áreas chave na interação entre a comunidade e quem a governa: Honestidade, Diálogo, Reconhecimento de poder, Abordagens holísticas, Consideração pelo contexto político e social. Apesar da Junta de Freguesia se orgulhar pelo seu bom trabalho de associativismo cultural e pela sua comunicação com a comunidade, este projeto procura ser uma abordagem que venha facilitar estes processos de comunicação.

Esta ferramenta procurar incentivar um diálogo e partilha de histórias e experiências que vão criar um impacto positivo no desenvolvimento de pesquisas e estudos de forma a conseguir que quem administra a comunidade possa trabalhar e funcionar de acordo com o estudo desses valores.

É pretendido que esteja representado no mapa todo o património, material e imaterial, e indústrias criativas. Numa fase inicial este procura principalmente ser uma ferramenta de estudo e avaliação das pessoas e dos valores que as mesmas retiram do património de forma a favorecer o discurso patrimonial integrando a sua visão do que deve e merece ser preservado para usufruto de futuras gerações. As investigações dos valores propõem que a disciplina da conservação do património deva agora ser vista como um processo social partindo de uma abordagem multidisciplinar. É importante que a comunidade perceba que o património é tudo aquilo que as mesmas consideram como tal e que a partilha das suas memórias está-se a criar

uma ligação entre gerações mantendo vivos os valores do passado nas gerações atuais criando uma sustentabilidade cultural.

Esta abordagem colaborativa tem oito grandes vantagens práticas na sua utilização: Explorar, descobrir, examinar, analisar interpretar, apresentar e partilhar informações. Através destas vantagens está-se a criar um relacionamento. Como foi analisado, já existe um bom relacionamento entre a comunidade e quem a administra, por isso, esta ferramenta servirá para que este relacionamento seja fortalecido de uma forma inovadora e divertida. Uma vantagem para a implementação desta ferramenta é o facto da freguesia de Carnide já se reger pelos valores do associativismo cultural, e por isso, esta ferramenta poderá ter uma melhor integração na comunidade.

Acima de tudo é pretendido que a comunidade conheça mais sobre a sua freguesia, história e cultura de forma a fortalecer a sua identidade cultural. Carnide é reconhecida não só pela importância que atribui ao associativismo cultural. É maioritariamente reconhecida pelo seu núcleo histórico e pela sua particular paisagem que mistura construções de diversos níveis históricos com novas construções necessárias devido aos diversos aumentos populacionais que ocorreram na freguesia. É importante perceber agora o que é desejado valorizar e preservar para que, novas necessidades de construção não destruam algo que seja querido para as pessoas de Carnide.

6.3. Proposta

O Mapa Cultural Colaborativo pretende que sejam representados todo o tipo de património - o património tangível e património intangível. A proposta de estrutura de construção do mapa pretende que as localizações colocadas no mapa sejam constituídas por quatro indicadores diferentes, sendo os mesmos diferenciados por cores: a Verde os espaços culturais, a Azul os projetos culturais, a Vermelho o património cultural, a Preto o que ainda não esteja verificado. Toda a informação que aparece no mapa irá ser confirmada pelo administrador e/ou administradores, só depois irá aparecer com a cor indicada.

Alguns exemplos de tipologias que podem aparecer em cada indicador:

Espaços Culturais	Projetos Culturais	Património Cultural
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Teatros ➤ Cinemas ➤ Bibliotecas ➤ Museus 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Música ➤ Teatro ➤ Rádio ➤ Dança ➤ Circo 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Arquitetónico ➤ Arqueológico ➤ Tangível ➤ Intangível

Quadro 3. Proposta de elementos pesquisáveis no mapa colaborativo

Com os diferentes indicadores colocados no mapa, é esperado que o mesmo seja algo semelhante à seguinte figura (figura 17).

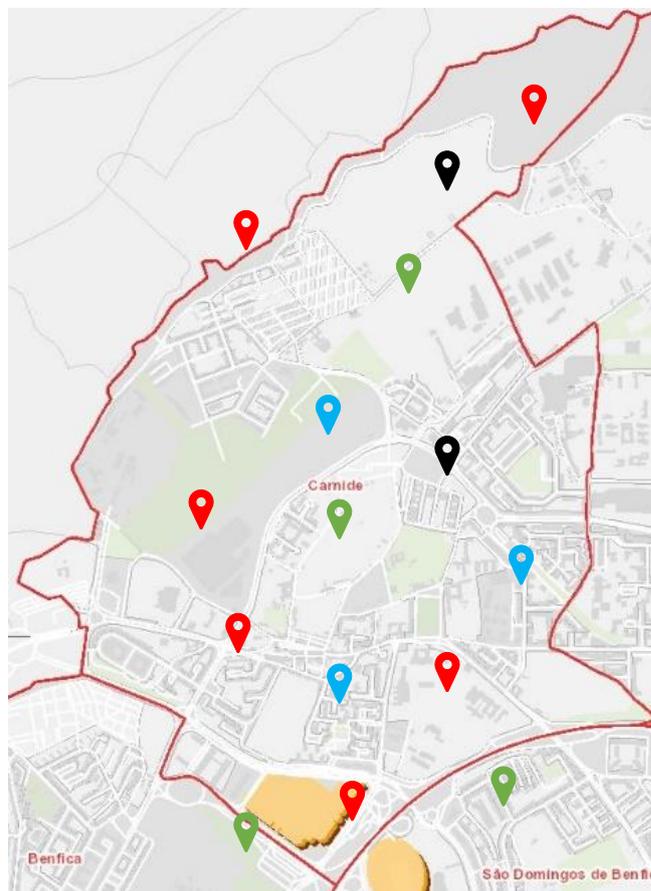


Figura 17. Proposta do mapa.

Este projeto tem a ambição de ser o mais interativo possível, é pretendido que as pessoas deixem fotografias e comentários de forma que torne possível a partilha de histórias e informações entre toda a comunidade e administração.



Figura 18. Proposta de indicador do mapa e do que o mesmo poderá representar quando clicado.

O seu funcionamento iria ser bastante similar aos casos de estudo apresentado. Clicando nos indicadores apresentados no mapa seria apresentado imagens e/ou comentários sobre o que esse indicador estaria a apresentar. A figura 18 é apenas um exemplo de representação do que poderia aparecer quando o mapa fosse visitado, assim como a categoria correspondente a cada indicador representado. Para além destes indicadores, ao clicar no local deverá também ser apresentada uma breve história do espaço/objeto/projeto/ em questão.

A ferramenta seria gratuita e estaria disponível em qualquer dispositivo eletrónico com ligação à internet. As pessoas que decidirem participar na construção do mapa serão vistas como gestores culturais conseguindo partilhar os próprios projetos ou eventos culturais.

O mapa poderá ser criado gratuitamente, no entanto, será sempre necessária uma entidade administradora que se comprometa a garantir a veracidade de tudo o que será colocado no mapa. Verificando, por exemplo, se os objetos patrimoniais são colocados no local correto,

ou ainda, se os eventos e projetos culturais publicitados são verídicos. Aqui serão necessários recursos humanos e tempo para que tudo seja apresentado corretamente.

Inicialmente o mapa pode ter como principal objetivo perceber o que é importante para a comunidade a nível patrimonial.

Posteriormente, de acordo com o sucesso da ferramenta, esta poderia vir a tornar-se numa aplicação de telemóvel. Desta forma estar-se-ia a facilitar o acesso à mesma.

No capítulo 4. Foram referenciados dois mapas culturais existentes na freguesia de Carnide. Estes representam o património construído e apesar de serem ferramentas bastante interessantes e interativas, o que irá diferenciar este mapa cultural colaborativo dos outros é mesmo a colaboração. Este projeto irá ser construído pela comunidade, ao contrário dos outros mapas que apenas podem ser consultados pela mesma.

Conclusão

Um dos principais objetivos deste trabalho era perceber que benefícios existem em reconhecer o património como um conceito abrangente, reconhecendo as pessoas e os seus valores como questão-chave nas abordagens relacionadas com o património. Primeiramente foi essencial perceber que, apesar de diversos debates e convenções onde é bastante explícita a importância da inclusão das comunidades patrimoniais na definição de património, esta é uma realidade que não é totalmente aceite pelos profissionais. Por não ser aceite, as abordagens muitas vezes estudadas e utilizadas são abordagens unilaterais que apenas se focam nas necessidades dos profissionais.

Neste trabalho foi realizada uma reflexão sobre as vantagens de abranger nos estudos do património cultural, não só a matéria física enquanto objeto, mas também a reconhecer a necessidade de estudar as comunidades, os seus valores e o imaterial. Este estudo vem do conhecimento das pessoas e das comunidades que interagem com o património cultural. É preciso tornar os estudos vocacionados para o património em estudos multidisciplinares. É este estudo multidisciplinar que cria uma tensão entre os profissionais do património e as comunidades de interesse. Os profissionais vêm a participação das pessoas nos processos de gestão como uma “ameaça” e uma possível desvalorização das suas opiniões e poder de decisão. É nesta relação tensa entre os profissionais de património e as comunidades patrimoniais que se devem focar agora os estudos, pensando em ideias e abordagens que incentivem um relacionamento saudável entre as duas partes. De forma a este relacionamento saudável acontecer é preciso que as duas partes interessadas estejam em sintonia e desejem cooperar entre si. Deve existir honestidade, diálogo e reconhecimento de poder de ambas as partes. Mas como é possível criar este relacionamento? Foi o que este trabalho tentou responder.

O que se pretende é que os profissionais e as comunidades se encontrem em sintonia. Procurar-se arranjar maneiras de envolver o público nas práticas patrimoniais, sendo os profissionais capazes de compreender os benefícios desse envolvimento. As abordagens ao património devem deixar de ser abordagens verticais, mas sim horizontais. Para isto acontecer é preciso que as pessoas tenham voz nos processos de tomada de decisão, sendo isto possível através da sua participação.

Como estudado neste trabalho, existem diferentes graus de relacionamento na participação, o que se pretende agora é um relacionamento horizontal de partilha de poder e aqui encontra-se a colaboração.

Como caso de estudo foi pretendido estudar a freguesia de Carnide e o seu património. Carnide é uma freguesia com um núcleo histórico muito interessante, é um espaço de grande contraste, entre o novo e o velho devido ao grande crescimento populacional que obrigou a que fossem realizadas construções sem programação. Isto fez com que muito património se perdesse para que desse lugar a prédios habitacionais. Para que não se perca mais património que as pessoas desejem preservar é preciso perceber o que as pessoas mais valorizam na sua freguesia. Assim, foi preciso pensar numa abordagem que permitisse conhecer, e dar a conhecer, mais sobre a comunidade e a sua história. A abordagem que tornará isto possível é o mapeamento colaborativo.

Através de um inquérito realizado à população de Carnide, percebeu-se que, apesar de não ser uma abordagem que muitos conheçam, ninguém se opôs à colaboração na construção de um mapa colaborativo. Para a realização de um projeto destes é essencial que a colaboração seja desejada pelas duas partes, tanto pela comunidade, como pelos profissionais e administradores da freguesia. E para isto foram realizadas duas entrevistas onde foi deixado claro que a freguesia de Carnide é uma freguesia que se orgulha do seu trabalho de gestão participada e do seu trabalho em conjunto com a comunidade. Aqui o que se pode concluir é que a relação entre comunidade e quem administra já existe podendo ser fortalecida com o mapa colaborativo.

A implementação de um projeto como o mapa cultural colaborativo na freguesia de Carnide-Luz tem como objetivo perceber o que as pessoas mais valorizam na freguesia, existindo diversas vantagens, mas também desvantagens. O mapeamento colaborativo é uma ferramenta inovadora e digital. Por ser uma ferramenta digital faz com o que o acesso à mesma esteja limitado ao acesso à internet e a alguma ferramenta tecnológica (como computador ou telemóvel). Apesar de ser uma percentagem pequena, existem ainda pessoas sem acesso a tecnologias, ou ainda pessoas que não sabem como funcionar com os mesmos. Como solução, o mapa poderia ser disponibilizado em locais com acesso gratuito de internet (como o espaço Caravana da Cidadania). Através de colaborações com associações culturais ou associações de moradores, poderia também criar-se um espaço conjunto de debate sobre os conteúdos apresentados, e ainda ser fornecida ajuda no preenchimento do mesmo. Outro grande limite à elaboração deste projeto é o facto de existirem diversas ferramentas semelhantes (não colaborativas), o que pode fazer com exista uma fraca adesão.

Apesar de todos os limites existentes, esta ferramenta continua a ser uma ferramenta inovadora que procura incentivar a partilha de histórias e experiências que podem criar um impacto positivo no desenvolvimento de estudos posteriores sobre a freguesia. Acima de tudo é importante perceber a importância de implementação de abordagens como esta que

incentivem a colaboração entre as comunidades e quem as administra, de forma a conseguir tirar o melhor partido de tudo o que o património tem para oferecer.

Fontes

Legislação

Conselho da Europa (2005), *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural Para a Sociedade*.

Secretário de Estado da Investigação Científica, despacho de 07 de outubro de 1976, Proposta de classificação da zona antiga de Carnide-Luz.

Fontes estatísticas:

INE (2011), Censos 2011, disponível em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554.

INE (2021), Censos 2021, disponível em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

PORDATA, *Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. Disponível em <http://www.pordata.pt>

Fontes Digitais:

ArcGIS Web Application, disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=a125cebb364143d382d7bb>, consultado em maio de 2021.

Chaminés Industriais em Alvenaria de Tijolo, Conservações do Património Industrial [online], disponível em: <https://nccardoso.wixsite.com/chaminésindustriais>, consulta em 25 de maio 2022.

Cidade Ciclável [online], disponível em <https://cidadeciclavel.mubi.pt/> consultado em maio de 2022.

DGPC, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2

Geocortex Viewer for HTML5. (n.d.). Websig.cm-Lisboa.pt. disponível em: <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>

Gitbook.io (2015), “Sobre o Mapa Cultural do Ceará - Tutorial para o usuário do Mapa Cultural” [online], disponível em: <https://cultura-ceara.gitbook.io/tutorial-para-o-usuario->

[do-mapa-cultural/primeiros-passos/sobre-o-mapa-cultural-do-ceara](#), consultado em 18 maio de 2021

Secretaria de Estado da Cultura do Ceará, *Mapa Cultural do Ceará* [online], disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br>, consultado a maio 2021,

Projeto e-Carnide [online], disponível em <https://ecarnide.hypotheses.org/> Consultado em maio de 2021.

Fontes Documentais:

Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016. Matriz Estruturante do Plano de Desenvolvimento Social, PDS 2016-2019. Sinopse. Rede Social Lisboa

Inácio, Carlos (2010), *Plano de Urbanização de Carnide/Luz: Análise Histórica*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa

Fontes Orais

Entrevistas *online* realizadas a:

Ana Pestana, Produtora Centro Cultural de Carnide, em 22/07/2022

Carlos Durão, responsável pela associação de moradores do Bairro Novo de Carnide e Quinta do Bom Nome, em 25/07/2022

Bibliografia

- ACT Brasil (2008), *Metodologia de mapeamento cultural colaborativo*, Brasília, ACT Brasil Edições.
- Avrami, Erica, Randall Mason e Marta de la Torre (2000), *Values and Heritage Conservation*, Los Angeles, The Getty Conservation Institute.
- Bonet, Lluís e Emmanuel Négrier (2018), “The participative turn in cultural policy: Paradigms, models, contexts”, *Poetics*, Vol. 66, pp. 64–73.
- Câmara Municipal de Lisboa, “Voltar a Conhecer os BIPZIP” [online], disponível em: <https://bipzip.lisboa.pt/conhece-os-bipzip/redes-colaborativas/index.htm>, consultado em maio 2022.
- Capelão, José (2012), *Projeto Urbano Carnide, Av. Lusíada, Benfica, Infra-estrutura, Espaço Público, Continuidade Urbana*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- Cardoso, Nicole (2017), *Chaminés Industriais em Alvenaria de Tijolo*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa.
- Cerezuela, David (2017), *Diseño y evaluación de proyectos culturales: de la idea a la acción*, Barcelona, Ariel.
- Costa, Pedro (2020), “Cultural participation and territorial development: some insights from the Portuguese case”, In Dupin-Meynard, F e E. Négrier (Eds.), *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn?* Toulouse, Éditions de l’Attribut, pp. 123-140.
- Curitiba, Prefeitura Municipal de, GETS - Grupo de Estudos Terceiro Setor e United Way of Canada - Centraide Canada (2002), *Modelo colaborativo: experiência e aprendizados do desenvolvimento comunitário em Curitiba*, Curitiba, Instituto Municipal de Administração Pública.
- Dupin-Meynard, Félix e Emmanuel Négrier (Eds.) (2020), *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn?*, Toulouse, Éditions de l’Attribut.
- Dupin-Meynard Félix e Anna Villarroja (2020), “Participation(s)? Typologies, uses and perceptions in the European landscape of cultural policies”, In Dupin-Meynard, F e E. Négrier (Eds.), *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn?* Toulouse, Éditions de l’Attribut, pp. 31-54.
- Duxbury, Nancy (2020), “Mapeamento cultural. Enfrentar o desafio de políticas e planeamento culturais mais participativos e pluralistas”, *Todas as Artes*, Vol. 3 (2), pp. 10-24.

- EGEAC (s.d), *Cultura em Lisboa* [online], Disponível em: <http://www.egeac.pt/mapacultura-lisboa-culture-in-lisbon-map>, consultado a maio de 2021.
- European Union (2018), *Participatory governance of cultural heritage. Report of the OMC (Open Method of Coordination) Working group of member states' experts*, Luxembourg, European Union.
- Facebook, “*Património Industrial. Chaminés de Alvenaria de Tijolo*” disponível em [www.facebook.com. https://www.facebook.com/groups/1679654645698479](https://www.facebook.com/groups/1679654645698479), consultado em 20 de junho de 2022.
- Fernandes, Pedro (2018), *Carnide e as práticas culturais. O Teatro como estudo de caso*, Dissertação de Mestrado em Práticas Culturais para os Municípios, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- Gomes, Marcos, Neluce Soares e Luiz Bronzatto (2015), *Metodologias Participativas, Elaboração e Gestão de Projetos*, WWF Brasil.
- Greiner de Paula, Dalvit (2015), “O mapa cultural: um exercício de memória e demarcação de territórios”, *Revista Ensaio: Arte, educação, cultura, comunicação e novas tecnologias*, vol. 8, pp. 103-116.
- Hofrichter, Markus (2017), *Analise Swot: Quando Usar E Como Fazer*, Simplíssimo Livros Lda.
- ICCROM (2015), *People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*, ICCROM, Rome.
- Instituto TIM (2016), *O que é Mapas Culturais?* [online], disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QpJlokxzgGU>, consultado em julho de 2022.
- ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza (s.d.), “Justificativa”, *Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais* [online], disponível em <https://capta.org.br/estrutura-do-projeto/justificativa/>, consultado em julho de 2022.
- Junta de Freguesia de Carnide (s.d.), “A Freguesia: História e Curiosidades” [online], Disponível em: <https://www.jf-carnide.pt/freguesia/a-freguesia/historia-e-curiosidades/>, Consultado agosto de 2022
- Junta de Freguesia de Carnide (s.d.), “Gestão Participada: Descrição” [online], disponível em: <https://www.jf-carnide.pt/para-a-populacao/gestao-participada/descricao/>, consultado em 20 junho de 2022.
- Lima, Angelica Silva de (2013), *O mapeamento de referências culturais como instrumento de conhecimento e gestão do património cultural brasileiro*, Dissertação de mestrado em

preservação do património, Rio de Janeiro, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional.

Mapeamento cultural: o que é e qual o seu propósito (8 de outubro de 2020) [online].

Disponível em <http://ecam.org.br/blog/mapeamento-cultural-o-que-e-e-qual-o-seu-proposito/>. Consultado a maio, 21, 2022

McMillen, J. C., Morris, L., & Sherraden, M. (2004). Ending Social Work's Grudge Match: Problems versus Strengths. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 85(3), 317–325.

Muzaini, Hamzah e Claudio Minca (Eds.) (2018). *After Heritage Critical Perspectives on Heritage from Below*, Cheltenham e Northampton, Edward Elgar.

Organizing Engagement (2019), “Ladder of Citizen Participation”, Disponível em; <https://organizingengagement.org/models/ladder-of-citizen-participation/>, consultado a abril de 2022.

Prior, Annabelle (2016), *Rua da Fonte, nova entrada para centro histórico de Carnide*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Ribeiro, José Carlos Santos e Leonardo Branco Lima (2011-12), “Mapas colaborativos digitais e (novas) representações sociais do território: uma relação possível”, *Revista Ciberlegenda*, n.º 25, pp.38-47.

Rivero, Catarina, Liliana Sousa, Patrícia Grilo e Sofia Rodrigues (2013), *Manual-práticas colaborativas e positivas na intervenção social*, Leiria, EAPN Portugal/Núcleo Distrital de Leiria.

Schofield, John (2016), *Who needs experts? Counter-mapping cultural heritage*, London, Routledge.

Smith, Laurajane (2006), *Uses of heritage*, London and New York, Routledge.

Smith, Laurajane e Emma Waterton (2013), *Heritage, Communities and Archaeology*, Bloomsbury Publishing.

Smith, Laurajane e Gary Campbell (2015), “The elephant in the room: Heritage, affect and emotion”, In Logan, William, Máiréad Nic Craith, Ullrich Kocke (Eds.), *A Companion to Heritage Studies*, Wiley-Balckwell, pp 443-460.

Sokka, Sakarias, Francesco Badia, Anita Kangas e Fabio Donato (2021), “Governance of cultural heritage: towards participatory approaches”, *European Journal of Cultural Management & Policy*, Vol. 11 (1), pp. 4-19.

- Thiollent, Michel e Lúdia Oliveira (2016), “Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação. Investigação qualitativa em ciências sociais”, In Costa, António Pedro *et al* (Eds.), *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais Atas*, vol. 3, pp. 357-366.
- Waterton, Emma e Steve Watson (eds) (2015), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research*, Palgrave Macmillan.
- Weaver, Lynda e J. Bradley Cousins (2008), “Unpacking the Participatory Process”, *Journal of MultiDisciplinary Evaluation*, 1, pp. 19-40.
- Wong, Wai (s.d.), *Participatory Heritage Conservation and Sustainable Development*. Disponível em https://www.academia.edu/37594632/Participatory_Heritage_Conservation_and_Sustainable_Development

ANEXOS

Anexo A – Inquérito

Mapa Cultural Colaborativo na Freguesia de Carnide-Luz

Este questionário foi realizado no âmbito de um trabalho de investigação do Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

Este trabalho de investigação procura perceber o interesse da comunidade local na participação e colaboração na construção de um projeto colaborativo na freguesia de Carnide.

Este questionário direciona-se a pessoas com ligação à freguesia (residentes ou não).

Género *

- Feminino
- Masculino
- Outro

Idade *

- 1-14
- 15-24
- 25-40
- 41-65
- + de 65

É natural da freguesia? *

- Sim
- Não

É residente na freguesia? *

Sim

Não

Trabalha na freguesia? *

Sim

Não

Considera que é importante as pessoas estarem envolvidas na salvaguarda dos bens culturais da freguesia? *

Sim

Não

Talvez

Sabe em que consiste um Mapa Cultural Colaborativo? *

Sim

Não

Talvez

Estaria disposto a colaborar num Mapa Cultural Colaborativo da freguesia? *

Sim

Não

Talvez

Diga um Bem que considere relevante para si na freguesia de Carnide

Texto de resposta longa

Anexo B – Entrevistas

Anexo B.1. – Guião da entrevista

- 1- Considera que existe um reconhecimento dos valores culturais da freguesia de Carnide?
- 2- Considera relevante que a comunidade esteja mais envolvida com os valores culturais da freguesia?
- 3- Existe a possibilidade de poder integrar um projeto colaborativo?
- 4- Quais as principais vantagens e limites que encontra na integração de um projeto colaborativo?

Anexo B.2. – Respostas das entrevistas

Entrevista a Ana Pestana:

1- A Junta de Freguesia de Carnide valoriza e celebra a cultura nacional e a tradição. Celebramos o Dia Mundial do Teatro através da homenagem de uma personalidade ligada ao teatro nacional e ligada a Carnide (de alguma maneira) – nesta homenagem celebramos e homenageamos os vivos através de uma exposição sobre a vida e carreira do mesmo, de um espectáculo ou filme e da construção de uma “cadeira” (símbolo do lugar que o artista terá sempre em Carnide) que fica em permanência no jardim em frente ao edifício sede, à excepção de uma homenagem que fizemos que foi ao João Ricardo (após a sua morte, mas essa era uma homenagem que queríamos e tínhamos de fazer, uma vez que estas homenagens foram uma ideia dele). Celebramos o Dia da Mulher com um concerto de uma banda e/ou artista nacional durante o jantar das mulheres em Carnide. O 25 de Abril é também assinalado com um concerto no Coreto no Centro Histórico da Freguesia. Organizamos ainda o Mercado de Natal, Feira do Fumeiro, o Corso de Carnaval, a Feira de Expressões, o Dia do Vizinho, o Arraial do Idoso e o Almoço de Reis nos quais enquadrámos sempre uma programação cultural seja com música, dança, teatro, ateliers e/ou animações de rua. A Feira da Luz é das nossas maiores iniciativas não só pela duração – 1 mês de festa – como pela programação que temos na mesma – temos tertúlias sobre saúde, lançamentos de livros, exposições fotográficas, concertos, bailes, karaoke, demonstrações e aulas de dança, flashmobs, atuações das associações locais e arruadas. Ao longo do ano o pelouro da Educação e Juventude leva as crianças e jovens a fazer sessões de cinema, espectáculos de teatro e horas do conto. O Centro Cultural de Carnide e os Espassus 3G têm ao longo do ano lectivo uma oferta formativa na área cultural tornando acessível a todos formações e aulas que noutros lados têm custos demasiado elevados para que as famílias mais carenciadas possam suportar.

2- A envolvência da comunidade e sobretudo das Associações é que torna possível e viável o sucesso das nossas iniciativas. A regularidade das mesmas permite a participação de mais pessoas. A junta através da equipa da educação, juventude e gabinete do idoso incute e estimula o interesse pelas artes, cultura e tradição da e na freguesia. As aulas regulares permite uma igualdade de oportunidade e de acesso até às famílias mais carenciadas. A junta trabalha muito no terreno e ao lado das pessoas, pelo que ouvimos as suas necessidades e trabalhamos para as suprimir da melhor maneira e sem prejudicar ninguém. Temos “um lema” que é – JUNTOS

CONSTRUÍMOS MAIS E MELHOR CARNIDE – e essa é uma missão que tanto a junta como a população segue à risca através da comunicação, da partilha e da colaboração que existe entre todos. A comunidade e a junta trabalham em sintonia não só para identificar os problemas como para fazerem, juntos, parte da solução.

3- Sim, a Junta é parceira de várias associações (locais e não só) em projectos culturais, desportivos, de acção social, entre outros. Trabalhamos muito (e bem, se me permite) o associativismo local. Por estarmos no terreno somos uma mais valia na identificação de grupos e necessidades. E como somos reconhecidos pela comunidade como uma instituição de confiança conseguimos facilitar muitas vezes a comunicação. Por exemplo, a GAU quis fazer no Bairro Padre Cruz o Festival Muro. Este festival envolvia muita gente desde técnicos da Câmara Municipal de Lisboa a writers (pessoas que fazem grafitis) mas sobretudo envolvia a comunidade do Bairro Padre Cruz. Neste festival foram pintadas empenas de vários prédios e, como é óbvio, foi necessário ter a autorização dos moradores (mesmo sendo os edifícios da Gebalis). A junta foi bater a todas as portas e explicar o projecto a todos os moradores para que quando tudo começasse as pessoas envolvidas fossem todas bem recebidas. O Festival Muro foi um sucesso graças à colaboração de todas as partes envolvidas e o envolvimento da junta e da comunidade.

4- Os únicos limites que vejo são os da lei e dos recursos – mas isso é transversal a qualquer instituição e ou associação. As vantagens são: o trabalho de equipa, a comunhão, a partilha, a descoberta, a aventura, a dedicação, a realização, os resultados e o sucesso. Quando abraçamos projectos colaborativos, abraçamos parcerias, interesses e valores que partilhamos e queremos levar até à nossa comunidade. O nosso foco é a comunidade, é Carnide.

Entrevista a Carlos Durão:

1- Sim consideramos que a Junta de Freguesia de Carnide ao longo dos várias mandatos que temos acompanhado desde 1986, tem uma matriz de funcionamento nas várias áreas de envolvimento das actividades regulares que desenvolve ao longo dos anos, em que a agenda cultural é um valor essencial para o desenvolvimento de iniciativas regulares para valorizar alguns marcos anuais como o dia do teatro, com os vários elementos simbólicos que encontramos no jardim da Junta e outros como exposições de pintura ou lançamento de livros e esculturas.

2- Essa é já uma preocupação da Junta de Freguesia, a de envolver as comunidades e Associações que são regularmente notificadas e envolvidas na realização de actividades e consequentemente nos valores culturais da freguesia.

3- A AMBNC-QBN já é regularmente integrada nos projectos colaborativos da Junta de Freguesia de Carnide.

4- Por vezes a participação da AMBNC-QBN em projectos da Junta tem algumas limitações em termos das exigências de contributos de moradores que não têm disponibilidade de tempos livres para se dedicarem a esses projectos, porque temos famílias jovens e em que o agregado é constituído por dois elementos trabalhadores com filhos pequenos e por isso com menos disponibilidade para se envolverem nas actividades de projectos culturais da Junta de Freguesia